

RELATÓRIO SEMESTRAL

JUNHO 2023



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

RECUPERAR
PORTUGAL



Ficha Técnica

Título: Relatório Semestral Junho 2023

Edição: 1ª edição, 2023

Propriedade: Estrutura de Missão Recuperar Portugal

Relatório elaborado pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal, ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 29-B/2021 relativo ao modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência.

Relatório Semestral

Junho 2023



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

LISTA DE SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AM — Área Metropolitana

AAE — Áreas de Acolhimento Empresarial

ACSS — Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

AD&C — Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

BD — Beneficiários Diretos

BF — Beneficiários Finais

BI — Beneficiários Intermediários

BPF — Banco Português de Fomento, S.A.

C&T — Ciência e Tecnologia

CCDR A — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

CCDR Alg — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

CCDR Centro — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CCDR LVT — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CCDR Norte — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CE — Comissão Europeia

FA — Fundo Ambiental

I&D — Investigação e Desenvolvimento

I&I&D — Inovação, Investigação e Desenvolvimento

I&I — Investigação e Inovação

IEFP — Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.

PME — Pequenas e Médias Empresas

PP — Pontos Percentuais

PRR — Plano de Recuperação e Resiliência

RAA — Região Autónoma dos Açores

RAM — Região Autónoma da Madeira

SNS — Sistema Nacional de Saúde

UE — União Europeia

ÍNDICE

PARTE 1 NOTA INTRODUTÓRIA	7
PARTE 2 SUMÁRIO EXECUTIVO	10
PARTE 3 O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA	12
3.1 Enquadramento	13
3.2 Principais Acontecimentos	15
3.3 Progresso Geral a 30 de junho 2023	17
PARTE 4 IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA	18
PARTE 5 BALANÇO DE MARCOS E METAS	25
ANEXOS	28
Anexo 1. Síntese da Implementação por Dimensão Estruturante	29
Anexo 2. Síntese da Implementação por Componente	33
Anexo 3. Projetos Aprovados	54

ÍNDICE

FIGURAS E TABELAS

Figura 1 : Cronologia de Principais Acontecimentos a 30.06.2023	13
Figura 2: Evolução da Implementação Financeira durante o 1º Semestre de 2023	19
Figura 3: Implementação Financeira por Dimensão Estruturante a 30.06.2023	20
Figura 4: Implementação Financeira por Componente a 30.06.2023	21
Figura 5: Cronograma de Pedidos de Pagamento e Desembolsos	23
Figura 6: Fluxos de Tesouraria do PRR a 30.06.2023	24
Figura 7: Cumprimento de Marcos e Metas do 1º e 2º Pedido de Pagamento	26
Figura 8: Cumprimento dos Marcos e Metas do 1º e 2º Pedido de Pagamento por Dimensão Estruturante	27
Figura 9: Distribuição por Componente dos Marcos e Metas do 1º e 2º Pedido de Pagamento	27
Tabela 1 : Implementação Financeira por tipologia de beneficiário a 30.06.2023	21
Tabela 2 : Implementação Financeira por região NUTS II e <i>per capita</i> , a 30.06.2023	22



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

PARTE 01

NOTA INTRODUTÓRIA

01. NOTA INTRODUTÓRIA

O modelo de governação do PRR¹ estabelece que a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, é a entidade responsável pela coordenação técnica, gestão e monitorização da execução e da concretização dos objetivos operacionais do PRR, que se enquadra no NextGenerationEU, competindo-lhe:

- Negociar e monitorizar a execução do PRR, assegurando o cumprimento das obrigações e requisitos previstos no Regulamento (UE) 2021/241²;
- Acompanhar a execução das reformas e investimentos do PRR, assegurando a consecução dos seus objetivos estratégicos e promovendo a monitorização e a concretização dos objetivos operacionais através de marcos e de metas, contratualizando com os respetivos beneficiários as correspondentes condições;
- Assegurar a interação e os contactos com a Comissão Europeia, sendo para tal designada nos termos do Acordo Operacional, como a entidade coordenadora para a implementação do PRR;
- Fornecer apoio técnico às equipas das áreas governativas coordenadoras e entidades executoras das reformas e investimentos do PRR, disponibilizando orientações técnicas que assegurem a sua execução mais eficaz e eficiente;
- Preparar e submeter à Comissão Europeia os pedidos de desembolso dos financiamentos do PRR semestrais, recolhendo, junto das entidades competentes, as informações necessárias;
- Dar cumprimento às obrigações de reporte à Comissão Europeia fixadas no Regulamento (UE) 2021/241;
- Implementar um sistema de gestão e controlo interno, suportado em modelos adequados de monitorização e informação, que previna e detete irregularidades e permita a adoção das medidas corretivas oportunas e adequadas.

O presente relatório de monitorização descreve sucintamente as atividades de gestão, de acompanhamento e de coordenação relacionadas com a implementação das reformas e dos investimentos do PRR e foi elaborado pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal, em cumprimento do disposto na alínea e), do art. 6º do referido modelo de governação.

Neste relatório, relativo ao primeiro semestre de 2023, apresenta-se:

- O panorama geral do progresso alcançado, na performance dos marcos e metas alcançados, bem como a realização física e financeira das reformas e dos investimentos previstos no PRR;
- A visão resumida caracterizando os progressos alcançados em cada uma das 20 Componentes do PRR, seus objetivos e realizações obtidas até 30/06/2023;
- As perspetivas gerais para ano de 2023;
- Anexos, com a lista das operações aprovadas aos destinatários finais dos fundos PRR: Beneficiários Diretos e Finais.

¹ Decreto-lei n.º 29-B/2021 - cria o modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do PRR

² Regulamento (UE) 2021/241 - que criou o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, na sua última redação dada pelo Regulamento (UE) 2023/435

01. NOTA INTRODUTÓRIA

Conforme perspetivado, o ano de 2023 revela as primeiras concretizações materializadas em realizações físicas e financeiras dos projetos aprovados, fazendo a ligação aos objetivos estabelecidos para cada reforma e investimento do PRR. O presente relatório beneficiou ainda da compatibilização da informação incluída no Relatório Bianual enviado à Comissão Europeia, nos termos do previsto no Regulamento (UE) 2021/241.

O primeiro semestre de 2023 foi também um semestre muito relevante pois veio a permitir incluir uma atualização dos montantes do PRR a introdução do programa REPower uma reprogramação do PRR. Esse processo de reprogramação implicou o adiamento da submissão do terceiro pedido de pagamento, que estava previsto no Acordo Operacional ser submetido no primeiro trimestre de 2023. Todavia, a esta data estima-se que durante o ano de 2023 exista uma recuperação desse atraso, uma vez que o 3º e 4º pedido de pagamento ainda deverão ser apresentados, pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal à Comissão Europeia, este ano, repondo-se assim ao disposto no calendário inicial do PRR.

Até ao final do ano de 2023 perspetiva-se uma continuidade na aceleração da implementação das reformas e dos investimentos do PRR, entrando numa fase de cruzeiro em termos de realização financeira.

A atualização e reprogramação do PRR torna-se central no caminho para a eficiente concretização do plano. Uma etapa crítica para ajustar e adaptar as medidas planeadas de acordo com as necessidades e realidades em evolução. O processo de reprogramação foi formalmente submetido pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal à Comissão Europeia, em 26 de maio de 2023, e demonstra, assim, o compromisso com a flexibilidade e a capacidade de resposta aos desafios emergente. Salienta-se que já seria necessária uma atualização do PRR para adicionar um reforço nas subvenções, proveniente da decisão da CE de atribuição definitiva da contribuição máxima financeira do PRR, que no caso de Portugal corresponde a um montante adicional de cerca de 1.600 M€.

Uma segunda razão para reprogramar o PRR surgiu com a introdução do Programa REPowerEU no Mecanismo Europeu de Recuperação e Resiliência, cujo objetivo consiste em dar resposta rápida à aceleração da transição climática e à diversificação das fontes de abastecimento e de produção de energia. Como sabemos esta resposta surge num contexto internacional e geopolítico de grande instabilidade, que levou a um aumento dos preços da energia e das matérias-primas na UE e afetou Portugal, indiretamente, de forma significativa através de perturbações nas cadeias de abastecimento.

Este contexto desencadeou ainda o terceiro motivo para reprogramar o PRR, baseado em circunstâncias objetivas, relacionadas com as referidas alterações de mercado. Assim, foram feitos os devidos e necessários ajustamentos no calendário de concretização dos marcos e das metas.

Com esta atualização o PRR ganhará dimensão financeira, mantendo o dinamismo de um plano de investimentos estruturantes e transformadores para a economia nacional.



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

PARTE 02

SUMÁRIO EXECUTIVO

02. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) representa uma oportunidade estratégica para Portugal, traçando um caminho para a retoma do crescimento económico sustentável e a convergência com a União Europeia até 2026. Composto por 32 reformas e 83 investimentos, o PRR está em consonância com a visão nacional e europeia de desenvolvimento, focando-se nas dimensões críticas da dupla transição, climática e digital, e resiliência.

Neste contexto, os pagamentos ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência baseiam-se no desempenho e dependem da execução, por parte dos Estados-Membros, dos investimentos e das reformas descritos nos respetivos planos de recuperação e resiliência.

Portugal encontra-se no pelotão da frente na sua execução, tendo ambos os pedidos de pagamento recebido um parecer favorável pela Comissão Europeia. O primeiro pagamento de 1.162 milhões de euros foi recebido em maio de 2022, correspondendo a 333 milhões de euros em subvenções e 609 milhões de euros em empréstimos. O desembolso do segundo pedido de pagamento foi recebido em fevereiro de 2023, correspondendo a 1.820 milhões de euros. Este incluiu 1.711 milhões de euros em subvenções e 109 milhões de euros em empréstimos.

A 30 de junho de 2023, já tinha sido lançado um montante de 12.198 milhões de euros em Avisos de Abertura de Concursos e 1.785 milhões de euros em Concursos Públicos. Foram apresentadas 190.618 candidaturas, tendo sido aprovadas 135.410, beneficiando mais de 113.000 Beneficiários Finais, com 2.052 milhões de euros já pagos aos Beneficiários Diretos e Finais. Assim, com a dotação orçamental inicial do PRR já totalmente contratada, durante o primeiro semestre de 2023 foram lançados +1.709 milhões de euros em Avisos de Abertura de Candidaturas e Procedimentos de Contratação Pública, foram aprovados +1.837 milhões de euros e foram pagos +644 milhões de euros a Beneficiários Diretos e Finais.

Reconhecendo as mudanças no cenário económico global, a 26 de maio de 2023, Portugal submeteu um pedido de reprogramação para atualizar o seu Plano. O plano atualizado propõe um aumento de subvenções de cerca de 2,4 mil milhões de euros e 3,2 mil milhões de euros de empréstimos adicionais, elevando o PRR a um total de 22,2 mil milhões de euros.

Durante o primeiro semestre de 2023 foram lançados **+1.709 milhões de euros em Avisos e Anúncios**, foram aprovados **+1.837 milhões de euros** e foram pagos **+644 milhões de euros a Beneficiários Diretos e Finais**.



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

PARTE 03

O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.1 ENQUADRAMENTO

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um programa estratégico para Portugal, ancorado em 32 reformas e 83 investimentos destinados a impulsionar o país no caminho da retoma, do crescimento económico sustentado e da convergência com a Europa ao longo da próxima década.

A 16 de abril de 2021, a versão final do PRR foi apresentada publicamente e submetida à Comissão Europeia seis dias depois. Esta rápida progressão culminou na aprovação do PRR pela Comissão Europeia a 16 de junho de 2021, seguida pela Decisão de Execução do Conselho Europeu e do Parlamento a 13 de julho daquele ano. Nos dias 27 e 29 de julho de 2021, os Acordos de Financiamento e de Empréstimo foram assinados, consolidando o compromisso de Portugal. O Acordo Operacional, assinado a 18 de janeiro de 2022, veio fortalecer a estrutura de implementação e monitorização do plano. Este compromisso foi ainda reforçado pela submissão do 1º Pedido de Pagamento e pela resposta positiva da União Europeia, com a aprovação formal do 1º Pedido de Pagamento a 2 de maio de 2022. A 30 de setembro de 2022, Portugal apresentou à Comissão Europeia o 2º pedido de pagamento, tendo recebido o resultado de avaliação favorável a 16 de dezembro de 2022, e o respetivo pagamento a 8 de fevereiro de 2023.

A 26 de maio de 2023, foi submetida à Comissão Europeia a Atualização do PRR em três vertentes (detalhada em 03.2 Principais Acontecimentos):

- i) Aumento da dotação máxima do PRR (1.6 mil milhões de euros), decorrente da atualização do montante de subvenções;
- ii) Integração da dotação financeira da iniciativa REPowerEU (785 milhões de euros), incluindo a dotação do Brexit Adjustment Reserve;
- iii) Reforço financeiro dos investimentos já previstos mediante a subscrição de empréstimos adicionais e a alteração dos respetivos marcos e metas ou da sua calendarização, que se revelaram necessários em resultado das alterações da conjuntura económica atual e dos efeitos da guerra na Ucrânia.

Figura 1 : Cronologia de Principais Acontecimentos a 30.06.2023





PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência

Visão Global

DOTAÇÃO



DIMENSÕES ESTRUTURANTES



COMPONENTES

- | | | |
|--|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> C1 Serviço Nacional de Saúde C2 Habitação C3 Respostas Sociais C4 Cultura C5 Capitalização e Inovação Empresarial C6 Qualificação e Competências C7 Infraestruturas C8 Florestas C9 Gestão Hídrica | <ul style="list-style-type: none"> C10 Mar C11 Descarbonização da Indústria C12 Bioeconomia Sustentável C13 Eficiência Energética em Edifícios C14 Hidrogénio e Renováveis C15 Mobilidade Sustentável | <ul style="list-style-type: none"> C16 Empresas 4.0 C17 Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas C18 Justiça Económica e Ambiente de Negócios C19 Administração Pública mais Eficiente C20 Escola Digital |
|--|---|--|

MEDIDAS



MARCOS E METAS



03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

O contexto da implementação do PRR tem sido, todavia, substancialmente distinto daquele em que fora concebido e aprovado, com uma nova conjuntura marcada pelos efeitos decorrentes da agressão militar da Rússia à Ucrânia. Esta situação criou grandes desafios no mercado da energia da UE, causou grandes disrupções nas cadeias internacionais de abastecimento, colocou constrangimentos no acesso a matérias-primas e provocou um aumento generalizado e à escala global da taxa de inflação.

Reconhecendo as mudanças no cenário económico global, a 26 de maio de 2023, Portugal apresentou um pedido para atualizar o seu Plano. O plano modificado propõe um aumento de subvenções de cerca de 2,4 mil milhões de euros e 3,2 mil milhões de euros em empréstimos adicionais, elevando o PRR a um total de 22,2 mil milhões de euros

Esta atualização estabelece a oportunidade para novos investimentos enquadráveis em componentes já previstas do PRR, nomeadamente na modernização tecnológica do SNS, das Redes Culturais e Transição Digital, da Descarbonização dos Transportes e da Indústria, das Qualificações e Competências, do Investimento e Inovação, das Empresas 4.0 e da Administração Pública Digital. Em paralelo, permite reforçar a ambição de investimentos já em execução, como a Nova Geração dos Equipamentos e Respostas Sociais, a Reabilitação e Património Cultural, as Agendas/Alianças Mobilizadoras para a Inovação Empresarial, os Bairros Comerciais Digitais, o Alojamento Estudantil e o Reforço das Lojas de Cidadão e Espaços Cidadão.

O destaque vai para um reforço significativo das Agendas Mobilizadoras com uma subida da sua dotação total de 930 milhões de euros para 2.853 milhões de euros. É igualmente reforçada a aposta na Ciência e nas Instituições de Ensino Superior com investimentos no montante de 198 milhões de euros.

Adicionalmente, decorrente do programa REPowerEU, é feito um reforço substancial da aposta na transição climática, nomeadamente nos investimentos da Eficiência Energética em Edifícios Residenciais, em 120 milhões de euros, e da Descarbonização dos Transportes Públicos, em 90 milhões de euros.

03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS



INICIAL		ATUALIZAÇÃO
	RESILIÊNCIA	
1 383 M€	C1. Serviço Nacional de Saúde	1 689 M€
2 733 M€	C2. Habitação	3 228 M€
833 M€	C3. Respostas Sociais	1 045 M€
243 M€	C4. Cultura	319 M€
2 914 M€	C5. Capitalização e Inovação Empresarial	4 944 M€
1 324 M€	C6. Qualificações e Competências	1 959 M€
690 M€	C7. Infraestruturas	790 M€
615 M€	C8. Florestas	615 M€
390 M€	C9. Gestão Hídrica	461 M€
11 125 M€		15 051 M€
	TRANSIÇÃO CLIMÁTICA	
252 M€	C10. Mar	389 M€
715 M€	C11. Descarbonização da Indústria	837 M€
145 M€	C12. Bioeconomia Sustentável	145 M€
610 M€	C13. Eficiência Energética em Edifícios	824 M€
370 M€	C14. Hidrogénio e Renováveis	661 M€
967 M€	C15. Mobilidade Sustentável	1 499 M€
3 059 M€		4 355 M€
	TRANSIÇÃO DIGITAL	
650 M€	C16. Empresas 4.0	763 M€
406 M€	C17. Qualidade e Sustent. Finanças Públicas	406 M€
267 M€	C18. Justiça Económica e Amb. Negócios	267 M€
578 M€	C19. Administração Pública Mais Eficiente	684 M€
559 M€	C20. Escola Digital	674 M€
2 460 M€		2 794 M€
16 644 M€		22 200 M€

Estes valores poderão ser sujeitos a ajustes até à aprovação da Comissão Europeia e em sede de contratação dos investimentos com os Beneficiários Diretos e Intermediários.

03. O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

03.3 PROGRESSO GERAL A 30 DE JUNHO 2023



Dados a 30 de junho de 2023



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

PARTE 04

IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA

04. IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA

04.1 IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA

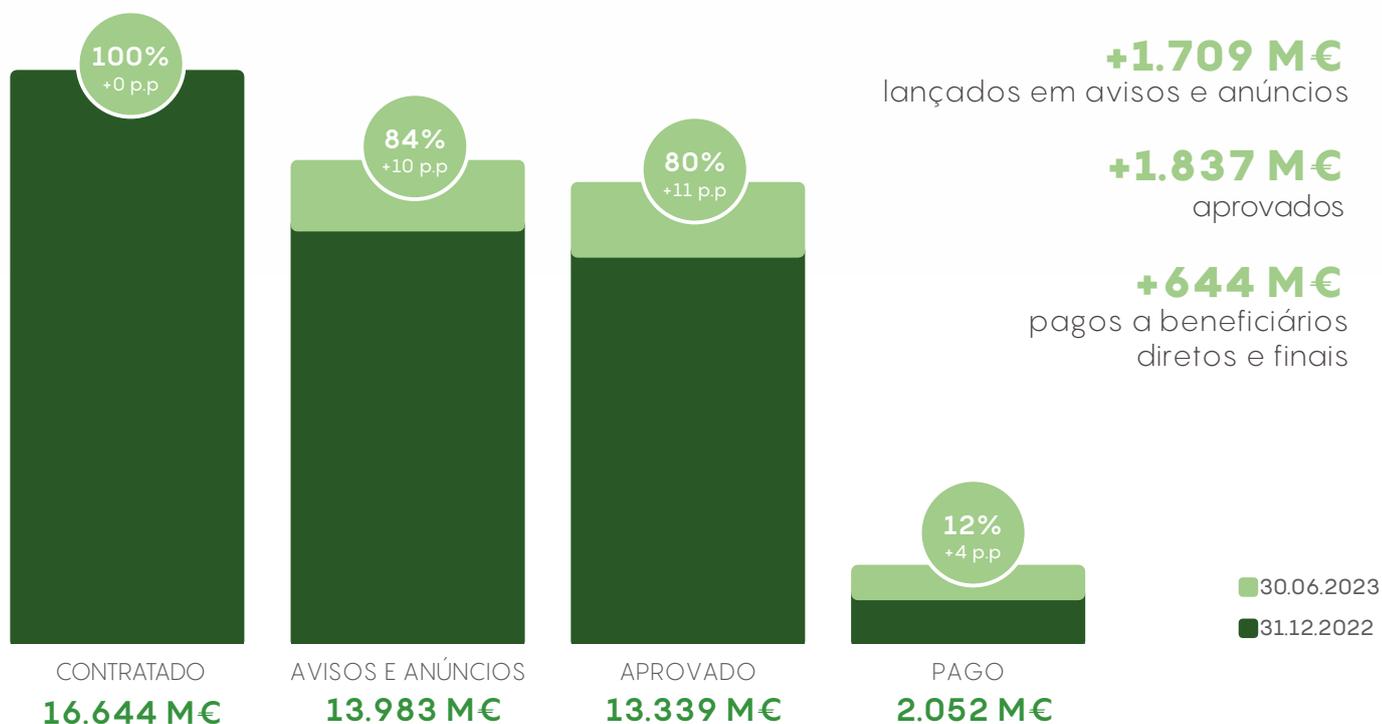
A contratação da dotação orçamental inicial do PRR (16.644 milhões de euros) com Beneficiários Diretos e Beneficiários Intermediários ficou concluída durante o ano de 2022.

Durante o 1º semestre de 2023, foram lançados +1.709 milhões de euros em Avisos e Anúncios. Durante o semestre foram também aprovados +1.837 milhões de euros a Beneficiários Diretos e Finais e foram pagos +644 milhões de euros.

Desta forma, até 30 de junho de 2023, tinham sido lançados Avisos de Abertura de Candidaturas no total de 12.198 milhões de euros (73% da dotação inicial do PRR) e Procedimentos de Contratação Pública no total de 1.785 milhões de euros (11% da dotação inicial do PRR). O montante lançado em Avisos e Anúncios ascendia no final do semestre a 13.983 milhões de euros, correspondendo a 84% da dotação inicial do PRR e representando um aumento de 10 pontos percentuais face ao final do semestre anterior.

Já o montante de projetos aprovados de Beneficiários Diretos e Finais totalizava, no final do 1º semestre de 2023, 13.339 milhões de euros (80% da dotação inicial do PRR), e os montantes pagos a Beneficiários Diretos e Finais ascendiam a 2.052 milhões de euros, 12% da dotação inicial do PRR.

Figura 2 : Evolução da Implementação Financeira durante o 1º semestre de 2023



04. IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA

04.1 IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA

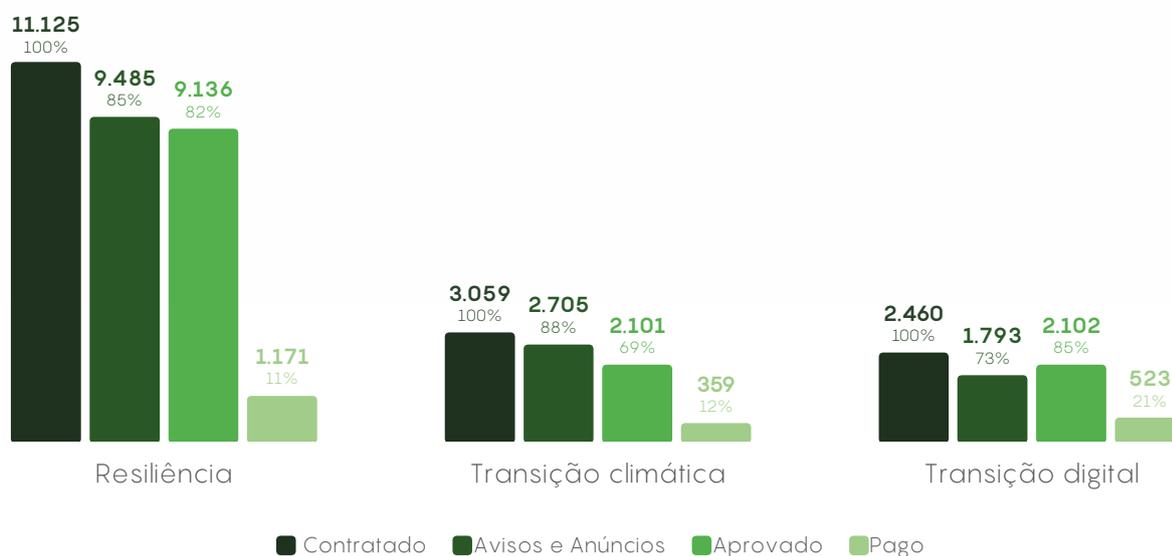
A 30 de junho de 2023, as três dimensões estruturantes do PRR - Resiliência, Transição Climática e Transição Digital - encontravam-se com os níveis de implementação financeira representados na figura 3.

Na dimensão Resiliência tinham sido lançados 9.485 milhões de euros em Avisos e Anúncios (85% da dotação da dimensão estruturante). O montante aprovado ascendia a 9.136 milhões de euros (82% da dotação da dimensão estruturante) e o montante pago a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 1.171 milhões de euros (11% da dotação da dimensão estruturante).

Na dimensão Transição Climática, o montante lançado em Avisos e Anúncios atingiu os 2.705 milhões de euros no final do semestre (88% da dotação da dimensão estruturante). O montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 2.101 milhões de euros (69% da dotação da dimensão estruturante), e o montante pago aos mesmos atingiu os 359 milhões de euros (12% da dotação da dimensão estruturante).

Na dimensão Transição Digital, foram lançados até ao final do semestre 1.793 milhões de euros (73% da dotação da dimensão estruturante), tendo sido aprovados 2.102 milhões de euros (85% da dotação da dimensão estruturante) e pagos a Beneficiários Diretos e Finais 523 milhões de euros (21% da dotação da dimensão estruturante).

Figura 3 : Implementação Financeira por Dimensão Estruturante a 30.06.2023 (milhões de euros)

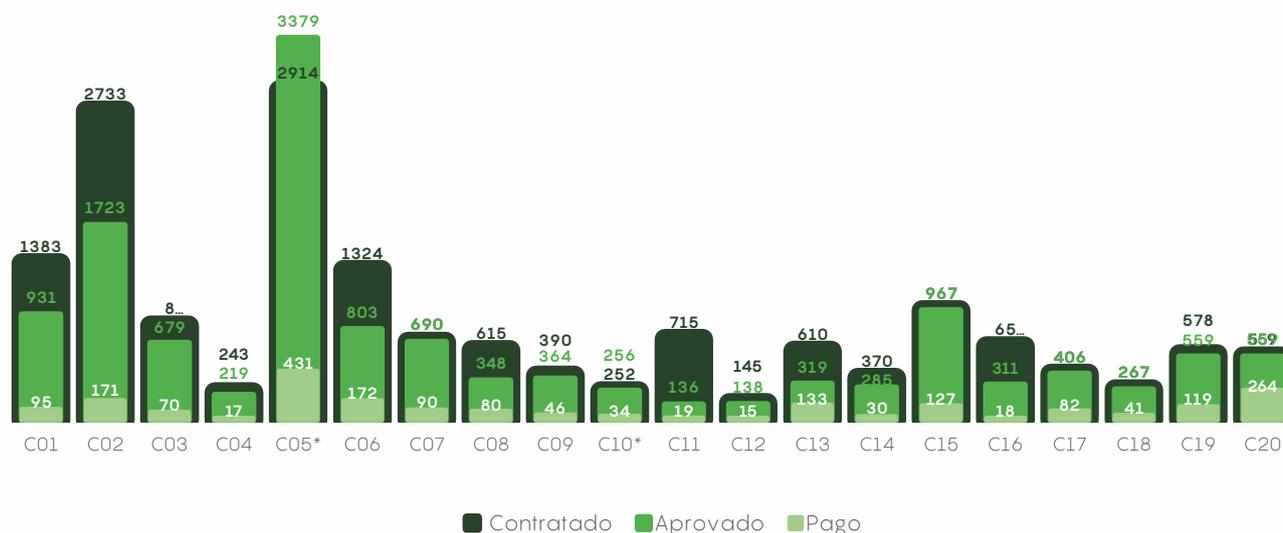


A figura 4 mostra os montantes aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e Finais em cada uma das 20 componentes do PRR, a 30 de junho de 2023. Note-se que, a essa data, o montante da dotação inicial da componente já se encontrava totalmente aprovada para 7 componentes: C05 - Capitalização e Inovação Empresarial, C07 - Infraestruturas, C10 - Mar, C15 - Mobilidade Sustentável, C17 - Qualidade e Sustentabilidade Finanças Públicas, C18 - Justiça Económica e Ambiente de Negócios, e C20 - Escola Digital.

04. IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA

04.1 IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA

Figura 4 : Implementação Financeira por Componente a 30.06.2023 (milhões de euros)



*Nas componentes C05 e C10, o montante aprovado é superior à dotação orçamental inicial da respetiva componente.

A tabela 1 apresenta a divisão previsional por tipo de Beneficiário Direto e Final da dotação lançada em avisos e procedimentos de contratação pública. Apresenta também os respetivos montantes aprovados e pagos por tipo de beneficiário direto ou final.

Tabela 1: Implementação Financeira por tipologia de beneficiário a 30.06.2023

	Concursos Públicos	Avisos		Beneficiários Diretos e Finais		
	Lançados (M€)	Dotação (M€) ¹	Candidaturas Submetidas ²	Candidaturas Aprovadas ^{3,4}	Aprovado (M€)	Pago (M€)
Famílias	0	1.537	148.312	107.816	173	143
Instituições da Economia Solidária e Social	0	787	4.994	3.200	336	45
Empresas	0	4.134	30.659	20.492	3.703	486
Instituições do Sistema C&T	0	455	431	227	327	34
Instituições de Ensino Superior	0	462	567	255	624	70
Escolas	216	837	1.257	812	369	221
Autarquias e Áreas Metropolitanas	1	1.058	2.587	1.309	1.337	142
Entidades Públicas	824	2.072	1.636	1.165	4.233	603
Empresas Públicas	744	856	175	134	2.238	308
Total	1.785	12.198	190.618	135.410	13.339	2.052

¹ A distribuição da dotação dos avisos por tipo de beneficiário é uma previsão *ex-ante*.

^{2,3} No caso dos projetos em consórcio, contabilizou-se o projeto na tipologia do beneficiário líder.

⁴ Excluindo candidaturas anuladas e desistências.

04. IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA

04.1 IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA

A distribuição dos valores aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e a Beneficiários Finais, em cada uma das regiões NUTS II de Portugal, e nos projetos de cobertura nacional, é apresentada na tabela 2, bem como a sua distribuição relativa por habitante. A 30 de junho de 2023, tinha sido aprovado um montante equivalente a 1.290 euros por habitante no território nacional, e pago um montante equivalente a 198 euros por habitante.

Tabela 2 : Implementação Financeira por região NUTS II e *per capita*, a 30.06.2023

	Beneficiários Diretos e Finais		Por habitante ¹	
	Aprovado (M€)	Pago (M€)	Aprovado (€/habitante)	Pago (€/habitante)
Norte	2.974	427	829	119
Centro	1.730	242	777	109
Área Metropolitana de Lisboa	5.765	1.033	2.009	360
Alentejo	497	70	705	99
Algarve	345	46	738	99
Região Autónoma da Madeira	607	87	2.423	347
Região Autónoma dos Açores	536	97	2.269	410
Projetos Nacionais	883	50	85	5
	13.339	2.052	1.290	198

¹População residente (n.º) por Local de residência - Censos 2021

FLUXOS DE TESOURARIA

A 3 de Agosto de 2021, Portugal recebeu o adiantamento de 13% dos fundos do PRR, nos termos do disposto no artigo 13º do Regulamento (EU) 2021/241 e no seguimento da assinatura dos acordos de financiamento e de empréstimos. O pré-financiamento correspondeu a um valor total de 2.159 milhões de euros, sendo 1.808 milhões de euros relativos a subvenções e 351 milhões de euros relativos a empréstimos.

O desembolso dos fundos do PRR contratados com a Comissão Europeia depende do processo de avaliação do cumprimento de marcos e metas, estando prevista a submissão de 10 pedidos de pagamento até 2026, dos quais 2 foram já submetidos.

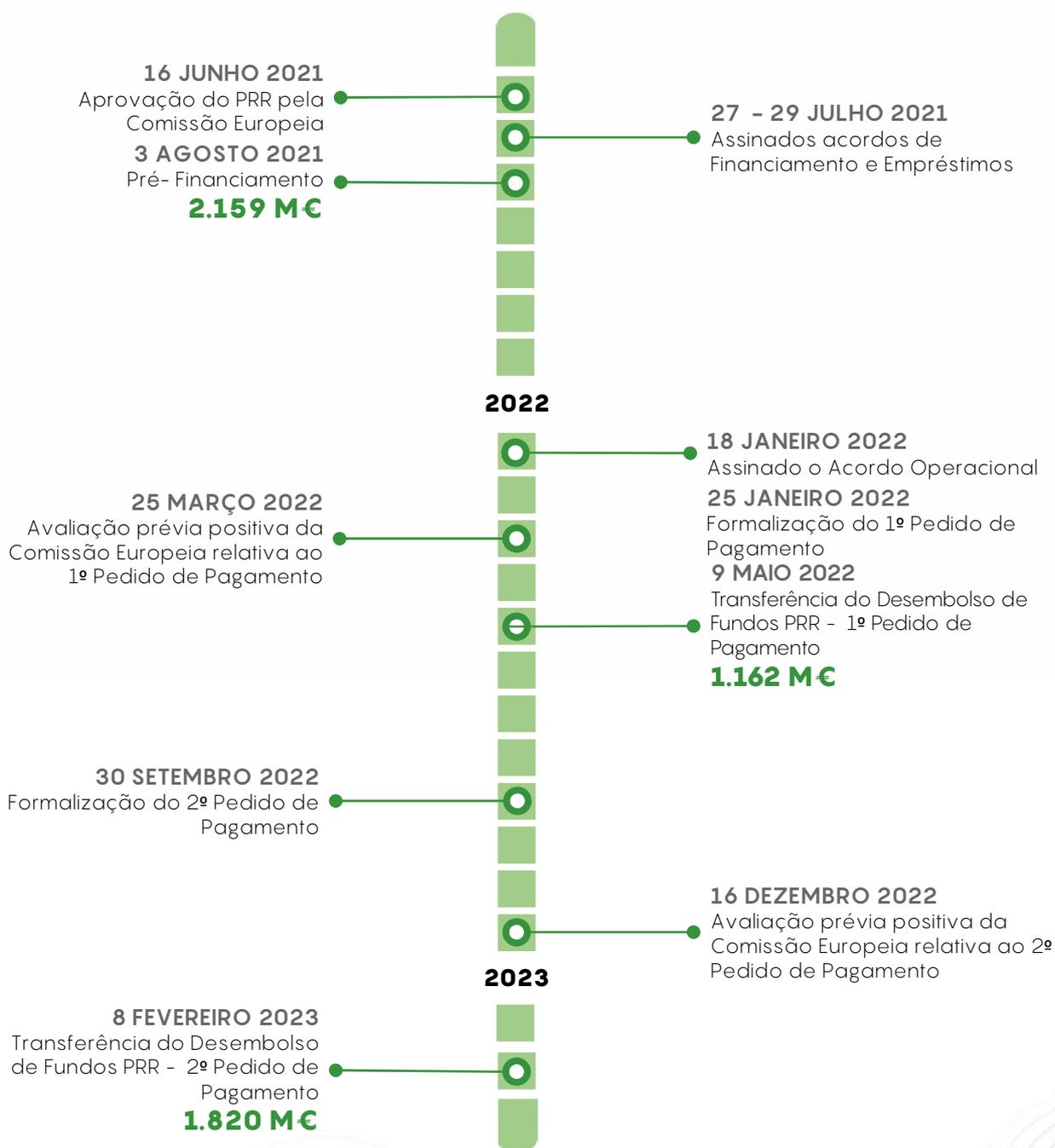
O 1º Pedido de Pagamento foi submetido a 25 de janeiro de 2022, no total de 1.336 milhões de euros, dos quais 636 milhões de euros respeitantes a subvenções e 700 milhões de euros de empréstimos, que, deduzidos do correspondente valor do pré-financiamento de 13%, se traduziu no pagamento líquido, a 9 de maio de 2022, de 1.162 milhões de euros (553 milhões de euros de subvenções, e 609 milhões de euros de empréstimos).

04. IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA

04.1 IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA

O 2º Pedido de Pagamento foi formalizado a 30 de setembro de 2022, no total de 2.092 milhões de euros. Após a dedução respetiva do adiantamento, este Pedido de Pagamento traduziu-se no recebimento líquido, a 8 de fevereiro de 2023, de 1.820 milhões de euros, dos quais 1.711 milhões de euros relativos a subvenções e 109 milhões de euros relativos a empréstimos. Com o desembolso do 2º Pedido de Pagamento, Portugal recebeu um total de 5.142 milhões de euros, correspondente a cerca de 31% da dotação orçamental global do PRR.

Figura 5: Cronograma de Pedidos de Pagamento e Desembolsos



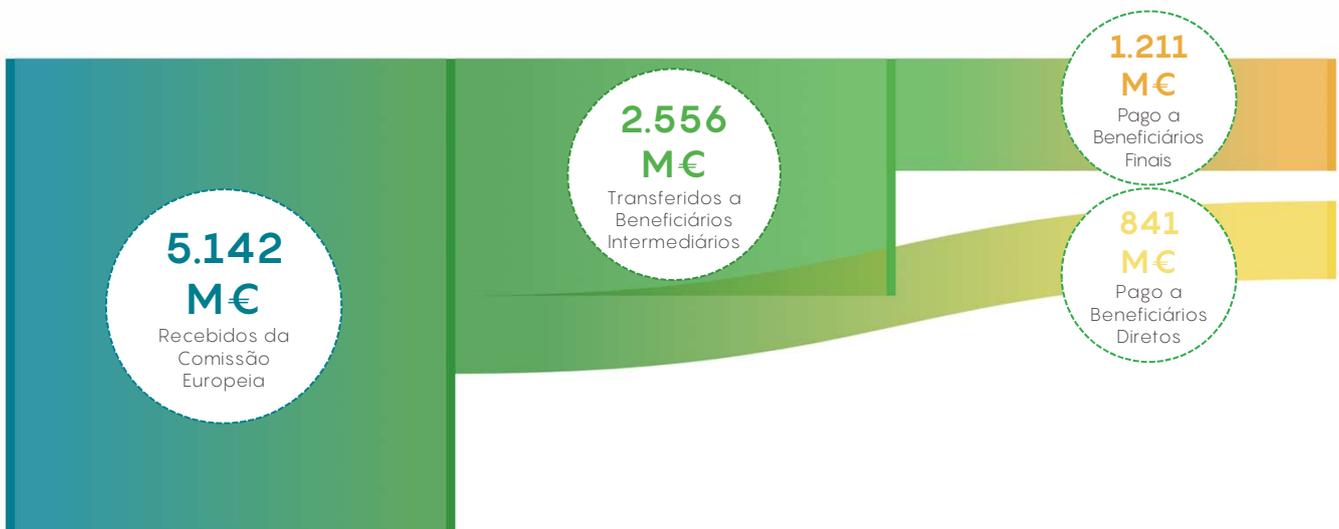
04. IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA

04.1 IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA

A figura 6 representa a distribuição dos valores recebidos da Comissão Europeia pelos Beneficiários Diretos, Intermediários e Finais ao longo da execução do PRR até ao final do 1º semestre de 2023. De acordo com o Decreto-Lei n.º 29-B/2021, a Recuperar Portugal emite ordens de pagamento e a AD&C processa os pagamentos a Beneficiários Diretos e Intermediários. Os Beneficiários Intermediários, por sua vez, fazem pagamentos aos Beneficiários Finais, após seleção e contratação com os mesmos.

A 30 de junho de 2023, tinham sido pagos 841 milhões de euros a Beneficiários Diretos. O montante total transferido a Beneficiários Intermediários ascendia a 2.556 milhões de euros, dos quais 1.211 milhões de euros foram já pagos a Beneficiários Finais e 1.345 milhões de euros se encontram “em trânsito”.

Figura 6: Fluxos de Tesouraria do PRR a 30.06.2023





PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

PARTE 05

BALANÇO DE MARCOS E METAS

05. BALANÇO DE MARCOS E METAS

05.1 Marcos e Metas

O PRR é um mecanismo baseado nos resultados alcançados e a sua execução é medida pela Comissão Europeia com base em indicadores de performance, traduzidos em Marcos e Metas contratualizados com a União Europeia. A Decisão de Execução do Conselho Europeu, que aprovou o PRR, estabelece no seu anexo 341 Marcos e Metas para comprovar a execução dos fundos atribuídos. A comprovação do cumprimento dos Marcos e Metas é concretizada através da submissão de pedidos de pagamento.

Até 30 de junho de 2023, a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, em representação do Estado Português, apresentou à Comissão Europeia dois Pedidos de Pagamento, apresentando as evidências documentais legalmente exigidas para demonstrar o **cumprimento de 58 Marcos e Metas** previstos para os respetivos período de implementação.

- 1º Pedido de Pagamento (Janeiro 2022): **34 Marcos e 4 Metas**, dos quais 17 referentes a Investimentos e 21 referentes a Reformas;
- 2º Pedido de Pagamento (Setembro 2022): **18 Marcos e 2 Metas**, dos quais 18 referentes a Investimentos e 2 referentes a Reformas.

Figura 7: Cumprimento de Marcos e Metas do 1º e 2º Pedido de Pagamento



Em termos de Dimensões Estruturantes, os Marcos e Metas cujo cumprimento se encontra demonstrado distribuem-se da seguinte forma:

- Resiliência: **41 Marcos e Metas** (37 Marcos e 4 Metas), dos quais 25 relativos a investimentos e 16 relativos a reformas;
- Transição Climática: **8 Marcos e Metas** (8 Marcos e 0 Metas), dos quais 5 relativos a investimentos e 3 relativos a reformas;
- Transição Digital: **9 Marcos e Metas** (7 Marcos e 2 Metas), dos quais 5 relativos a investimentos e 4 relativos a reformas;

05. BALANÇO DE MARCOS E METAS

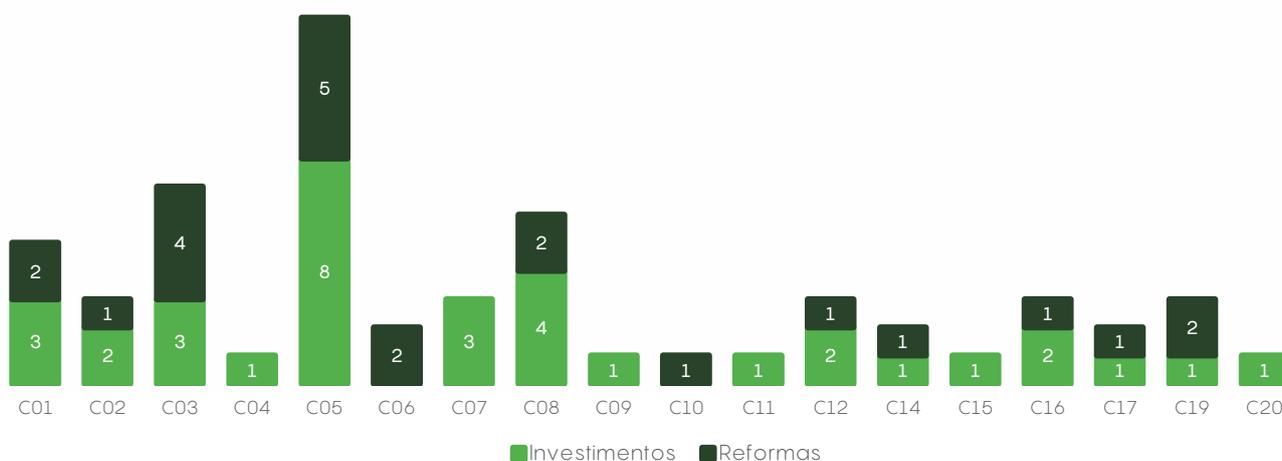
05.1 Marcos e Metas

Figura 8: Cumprimento dos Marcos e Metas do 1º e 2º Pedido de Pagamento por Dimensão Estruturante



A figura 9 mostra a distribuição por Componente dos marcos e metas cujo cumprimento foi demonstrado no âmbito do 1º e 2º Pedido de Pagamento.

Figura 9: Distribuição por Componente dos Marcos e Metas do 1º e 2º Pedido de Pagamento

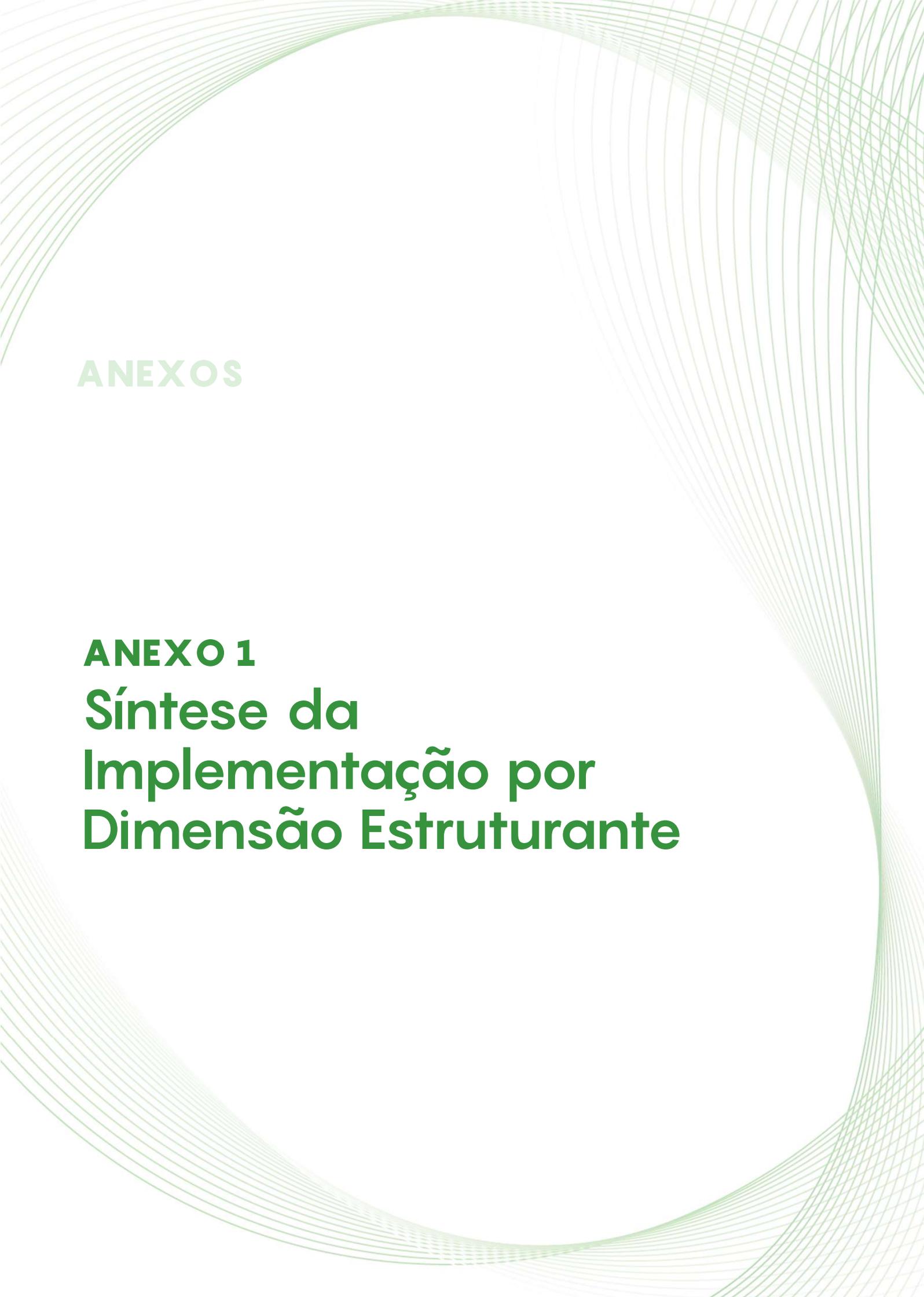




PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

ANEXOS

The background features a series of thin, light green wavy lines that create a sense of movement and depth, framing the central text.

ANEXOS

ANEXO 1

**Síntese da
Implementação por
Dimensão Estruturante**



I - Resiliência

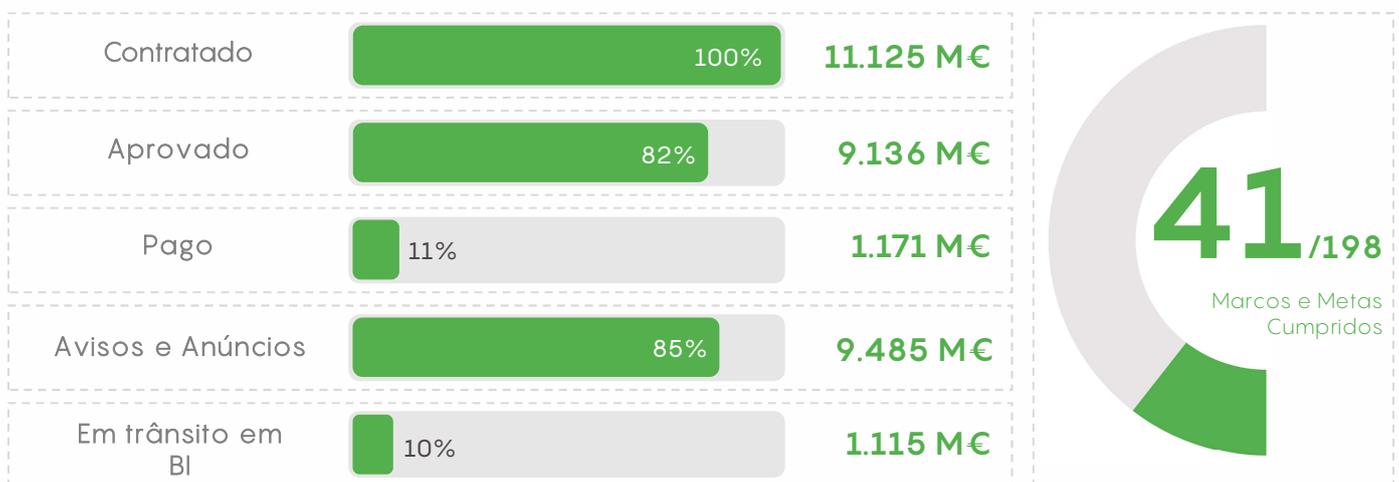


11.125 M€

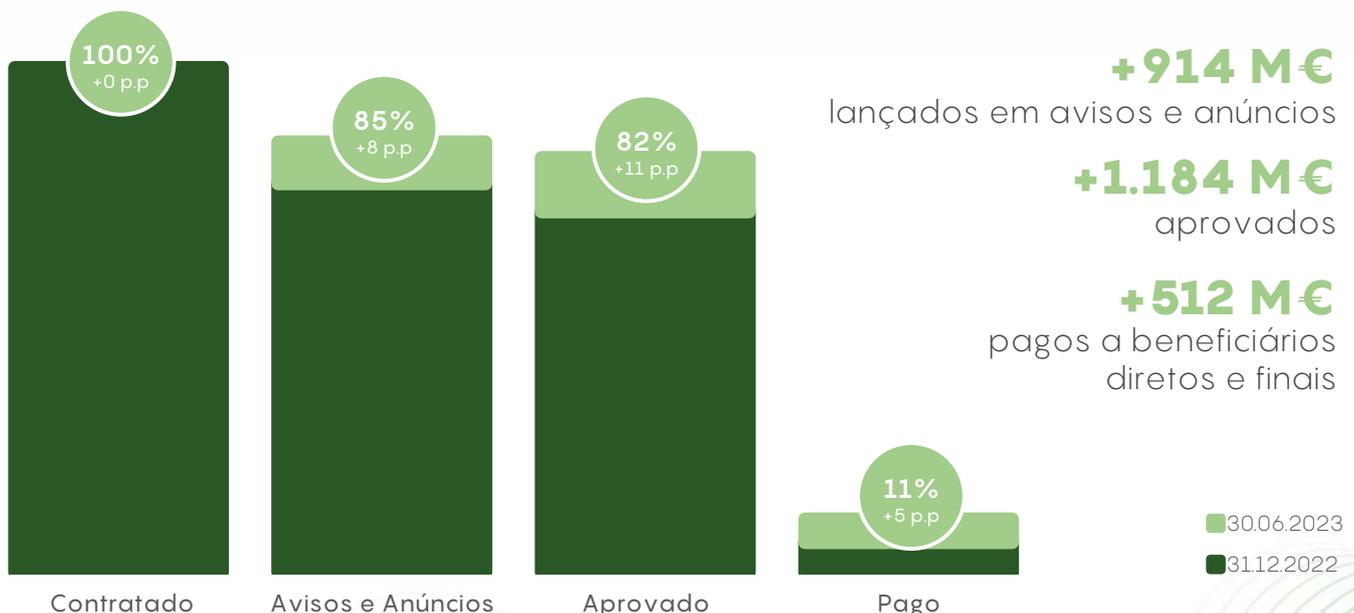
Dotação
Orçamental

A dimensão da Resiliência visa reforçar a resiliência social, económica e territorial do país através de 9 componentes estratégicas, incluindo intervenções na saúde, habitação, respostas sociais, cultura, investimento empresarial, competências e qualificações, infraestruturas, florestas e gestão da água. Esta dimensão representa a maior parte do investimento total do PRR para a promoção de uma recuperação transformadora, duradoura, justa, sustentável e inclusiva.

Síntese da Implementação da Dimensão I – Resiliência a 30.06.2023



Evolução da Implementação Financeira durante o 1º semestre de 2023





II - Transição Climática

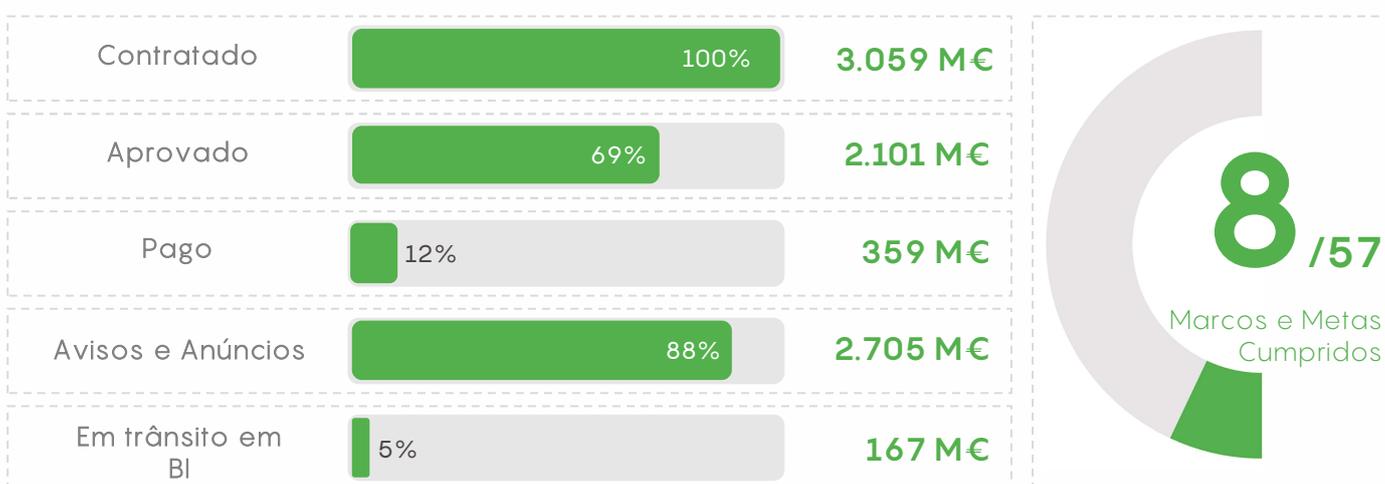


3.059 M€

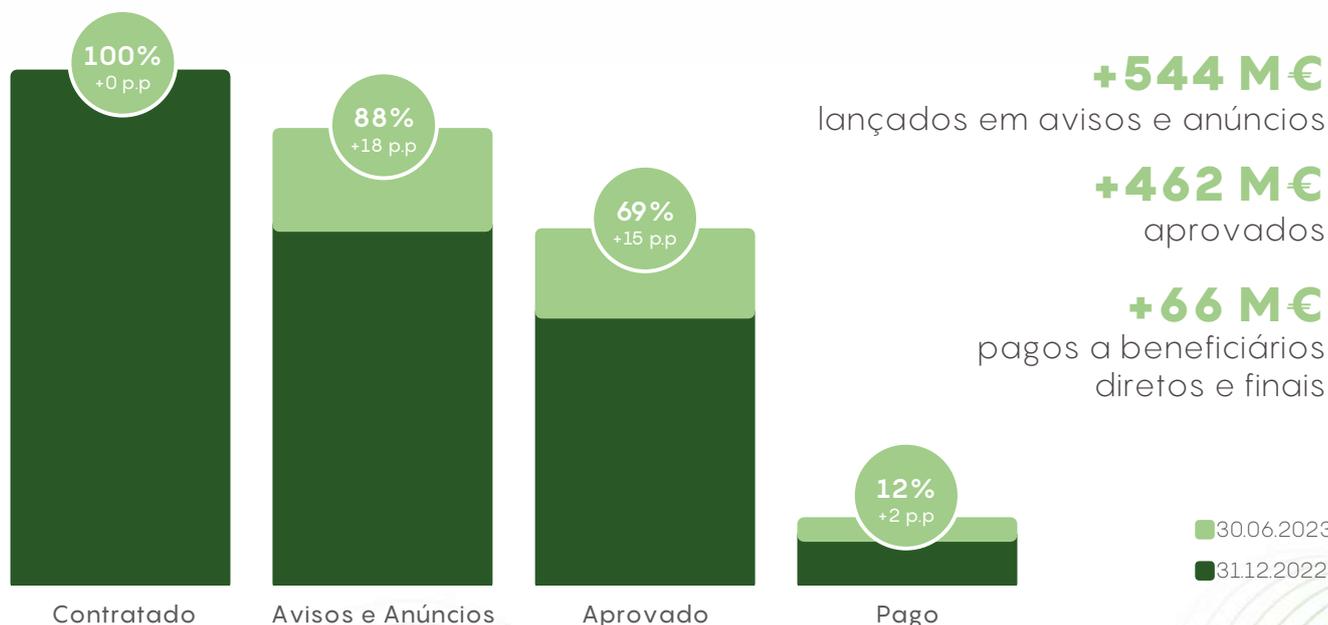
Dotação
Orçamental

A Transição Climática compreende seis componentes estratégicos, incluindo intervenções em áreas como o mar, mobilidade sustentável, descarbonização da indústria, bioeconomia, eficiência energética em edifícios, e energias renováveis. Constitui um compromisso para o cumprimento das metas climáticas que permitirá a Portugal atingir a neutralidade carbónica até 2050, apresentando ao país oportunidades significativas para os fatores competitivos do futuro.

Síntese da Implementação da Dimensão II – Transição Climática a 30.06.2023



Evolução da Implementação Financeira durante o 1º semestre de 2023





III - Transição Digital

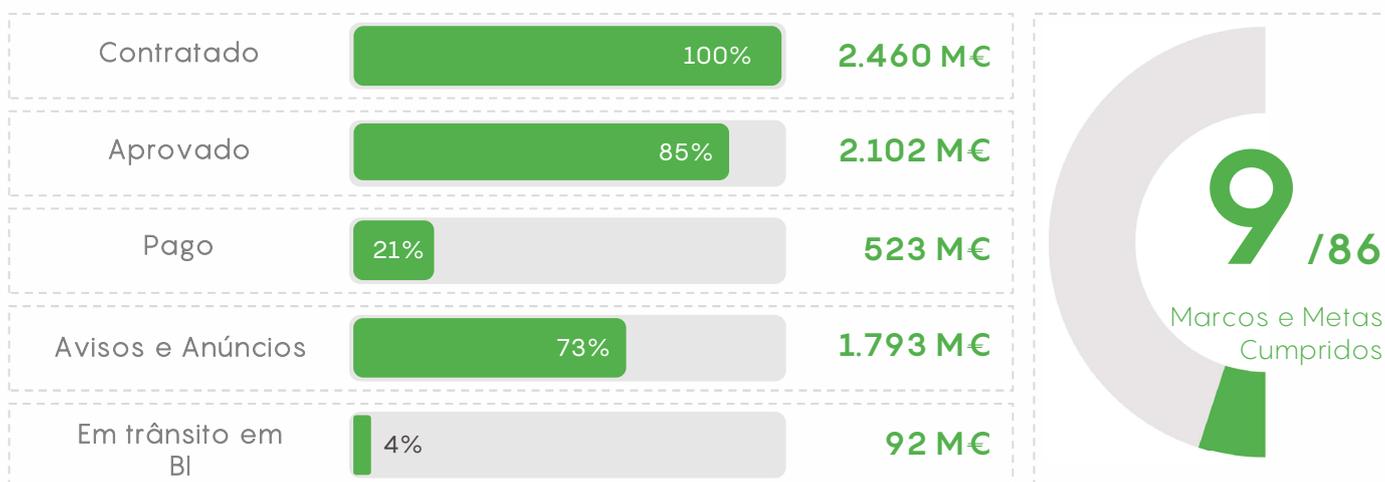


2.460 M€

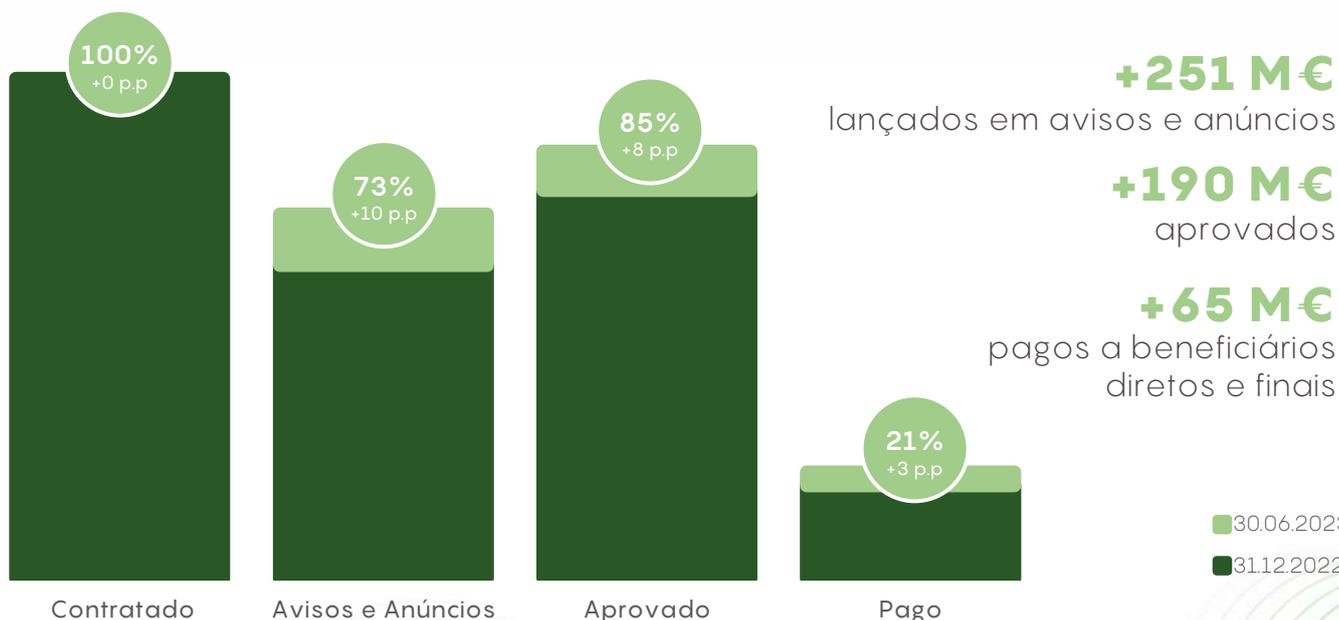
Dotação
Orçamental

A Transição Digital descreve cinco componentes para acelerar a transição de Portugal para uma sociedade mais digital, incluindo a capacitação e inclusão digital das pessoas através da educação, formação em competências digitais e promoção da literacia digital, transformação digital do setor empresarial e digitalização do Estado. Estas medidas representam 22% do total, com 12 dos 20 componentes a contribuírem para os objetivos de transição digital.

Síntese da Implementação da Dimensão III — Transição Digital a 30.06.2023



Evolução da Implementação Financeira durante o 1º semestre de 2023



ANEXOS

ANEXO 2

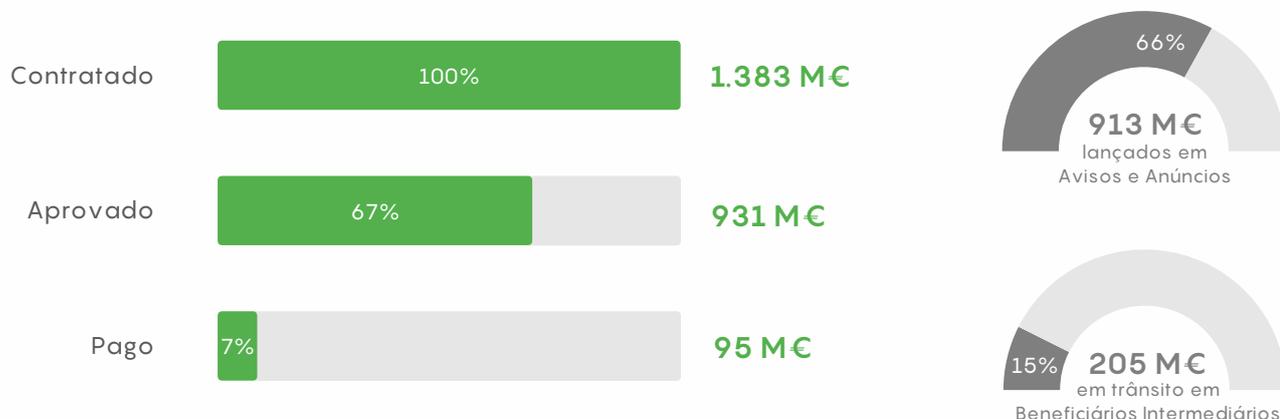
**Síntese da
Implementação por
Componente**



COMPONENTE C01 | Serviço Nacional de Saúde

1.383 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2023 [% marcos e metas cumpridos]
C01-r01	Reforma dos cuidados de saúde primários	0%
C01-r02	Reforma da saúde mental	50%
C01-r03	Conclusão da Reforma do modelo de governação dos hospitais públicos	14%

Investimentos

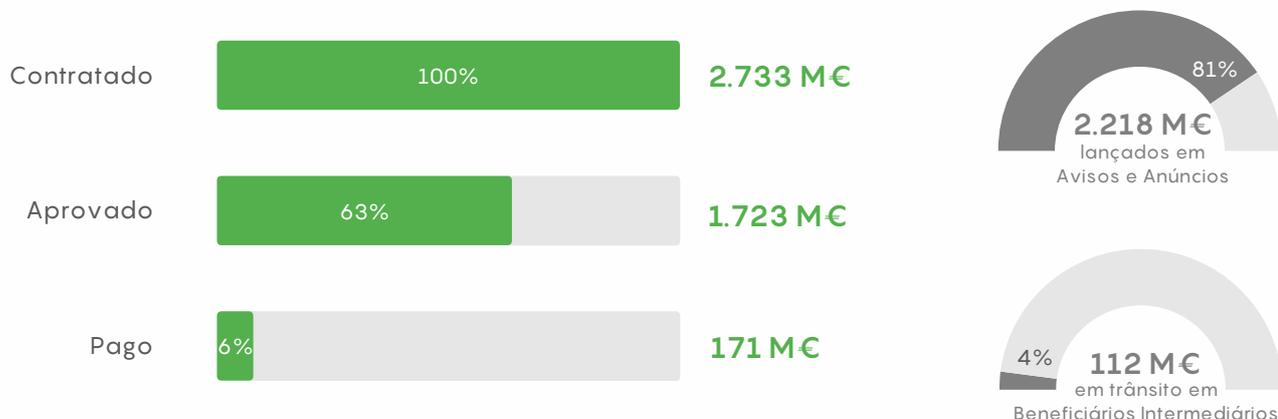
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C01-i01	Cuidados de Saúde Primários com mais respostas Responsável: Administração Central do Sistema de Saúde, IP	42%	2%	466 M€
C01-i02	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos Responsável: Administração Central do Sistema de Saúde, IP	107%	0%	205 M€
C01-i03	Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências Responsável: Administração Central do Sistema de Saúde, IP	63%	5%	88 M€
C01-i04	Equipamentos dos Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa Responsável: Administração Central do Sistema de Saúde, IP	10%	1%	180 M€
C01-i05.01-RAM	Expansão, Desenvolvimento e Melhoria da Rede de Cuidados Continuados Integrados Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	13%	54 M€
C01-i05.02-RAM	Reforço das respostas na área da saúde mental e das demências associadas ao envelhecimento Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	18%	35 M€
C01-i06	Transição Digital na Saúde Responsável: SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	100%	17%	300 M€
C01-i07.01-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-HASAUDE Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	19%	3,5 M€
C01-i07.02-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-SESARAM Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	18%	10,5 M€
C01-i07.03-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-DRS Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	13%	1 M€
C01-i08-RAA	Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores Responsável: Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	100%	26%	30 M€
C01-i09	Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa Responsável: Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.	100%	21%	10 M€



COMPONENTE C02 | Habitação

2.733 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023



Reformas

CÓDIGO REFORMA

ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2023
(% marcos e metas cumpridos)

C02-r04 Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário

100%

Investimentos

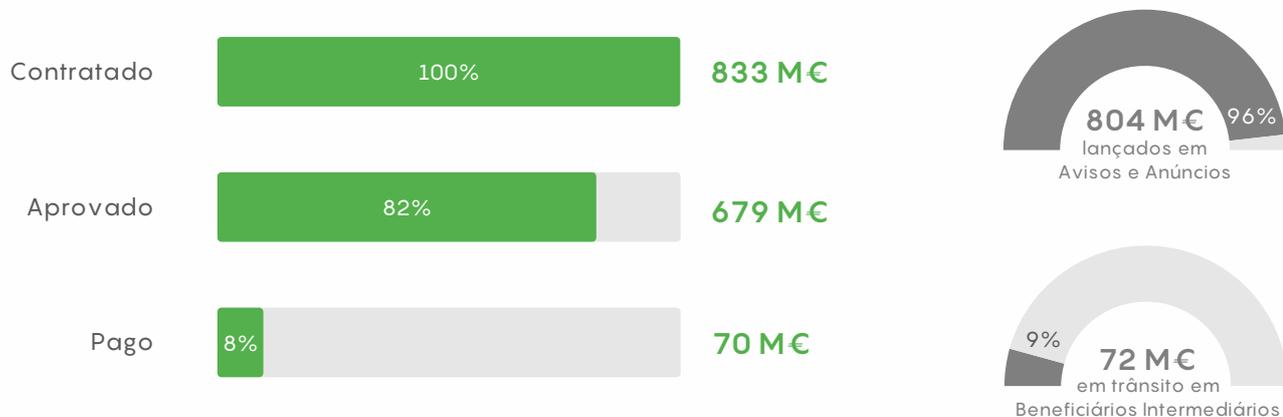
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C02-i01	Programa de apoio ao acesso à habitação Responsável: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.	34%	6%	1 211 M€
C02-i02	Bolsa nacional de alojamento urgente e temporário Responsável: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.	31%	2%	176 M€
C02-i03-RAM	Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	13%	136 M€
C02-i04-RAA	Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores Responsável: Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	100%	19%	60 M€
C02-i05	Parque público de habitação a custos acessíveis Responsável: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.	79%	4%	775 M€
C02-i06	Alojamento Estudantil a custos acessíveis Responsável: Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus + Educação e Formação	119%	9%	375 M€



COMPONENTE C03 | Respostas Sociais

833 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2023 (% marcos e metas cumpridos)
C03-r05	Reforma da Provisão de Equipamentos e Respostas Sociais	100%
C03-r06	Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	100%
C03-r07	Contratualização de Programas Integrados de Apoio às Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas	100%
C03-r08	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza	100%

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C03-i01	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais Responsável: Instituto da Segurança Social, I.P.	71%	7%	417 M€
C03-i02	Acessibilidades 360º Responsável: Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.	20%	1%	45 M€
C03-i03-RAM	Fortalecimento das respostas sociais na Região Autónoma da Madeira (RAM) Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	13%	83 M€
C03-i04-RAA	Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social (RAA) Responsável: Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	112%	15%	35 M€
C03-i05	Plataforma + Acesso Responsável: Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.	100%	15%	3 M€
C03-i06.01	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas A.M Lisboa e do Porto – Programa Bairros Saudáveis Responsável: Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	98%	69%	7 M€
C03-i06.02	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa Responsável: Área Metropolitana de Lisboa	100%	13%	121,5 M€
C03-i06.03	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto Responsável: Área Metropolitana do Porto	100%	1%	121,5 M€



COMPONENTE C04 | Cultura

243 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023

Contratado  100% 243 M€



Aprovado  90% 219 M€

Pago  7% 17 M€



Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C04-i01	Redes Culturais e Transição Digital Responsável: Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais	 74%	 5%	93 M€
C04-i02	Património Cultural Responsável: Fundo de Salvaguarda do Património Cultural	 100%	 8%	150 M€



COMPONENTE C05 | Capitalização e Inovação Empresarial

2.914 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023

Contratado **100%** **2.914 M€**



Aprovado **116%** **3.379 M€**

Pago **15%** **431 M€**



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2023 [% marcos e metas cumpridos]
C05-r09	Promoção da I&D e do investimento inovador nas empresas	100%
C05-r10	Criação e desenvolvimento do Banco Português de Fomento	100%
C05-r11	Alargamento e consolidação da rede de instituições de interface	100%
C05-r12	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agro-indústria	100%
C05-r13	Desenvolvimento do mercado de capitais e promoção da capitalização das empresas não financeiras	0%

Investimentos

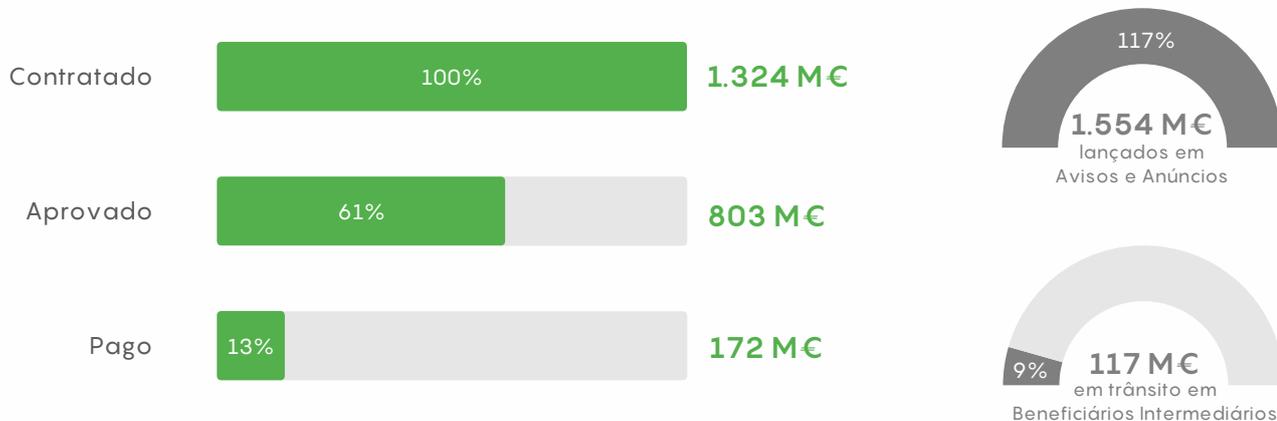
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C05-i01.01	Agendas/Alanças mobilizadoras para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	259%	40%	558 M€
C05-i01.02	Agendas/Alanças Verdes para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	270%	33%	372 M€
C05-i02	Missão Interface - renovação da rede de suporte C&T e orientação para o tecido produtivo Responsável: ANI - Agência Nacional de Inovação, S.A.	102%	17%	186 M€
C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria Responsável: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	100%	5%	93 M€
C05-i04-RAA	Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores Responsável: Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	60%	13%	125 M€
C05-i05-RAA	Relançamento Económico da Agricultura Açoriana Responsável: Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	100%	14%	30 M€
C05-i06.01	Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento/IAPMEI Responsável: Banco Português de Fomento, S.A.	42%	2%	1.300 M€
C05-i06.02	Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento Responsável: Banco Português de Fomento, S.A.	0%	0%	250 M€



COMPONENTE C06 | Qualificações e Competências

1.324 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2023 [% marcos e metas cumpridos]
C06-r14	Reforma do ensino e da formação profissional	0%
C06-r15	Reforma da cooperação entre Ensino Superior e Administração Pública e empresas	100%
C06-r16	Redução das restrições nas profissões altamente reguladas	0%
C06-r17	Agenda de promoção do trabalho digno	0%
C06-r18	Combate à desigualdade entre mulheres e homens	0%

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C06-i01.01	Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados Responsável: Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.	25%	0%	480 M€
C06-i01.02	Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional Responsável: Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	100%	16%	230 M€
C06-i02	Compromisso Emprego Sustentável Responsável: Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	76%	36%	230 M€
C06-i03.01	Incentivo Adultos - Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3 Responsável: Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.	5%	1%	40 M€
C06-i03.02	Incentivo Adultos - Acelerador Qualifica Responsável: Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.	29%	17%	55 M€
C06-i03.03	Impulso Adultos Responsável: Direcção-Geral do Ensino Superior	100%	13%	130 M€
C06-i04.01	Impulso Jovens STEAM Responsável: Direcção-Geral do Ensino Superior	100%	18%	122 M€
C06-i04.02	Impulso Jovens STEAM - Rede Ciência Viva Responsável: Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica	95%	55%	8 M€
C06-i05-RAA	Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida na RAA Responsável: Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	3%	0%	29 M€



COMPONENTE C07 | Infraestruturas

690 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023

Contratado **100%** **690 M€**



Aprovado **100%** **690 M€**

Pago **13%** **90 M€**



Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C07-i01.01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR NORTE)	100%	7%	31 M€
C07-i01.02	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR CENTRO)	100%	10%	32 M€
C07-i01.03	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT)	100%	1%	13 M€
C07-i01.04	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo)	100%	13%	30 M€
C07-i01.05	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve)	100%	2%	4 M€
C07-i02.01	Missing links e Aumento capacidade da Rede - EN14, EN4, IC35, IP2, EN125, EN211, EN344, IC2, IP8 (A26), Baião/Ponte Ermida, IP8 (EN121), IP8 (EN259) Responsável: Infraestruturas de Portugal, S.A.	100%	16%	273 M€
C07-i02.02	Missing links e Aumento capacidade da Rede - Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda Responsável: CCDR CENTRO	100%	0%	40 M€
C07-i03.01	Ligações transfronteiriças Ponte internacional sobre o Rio Sever Responsável: CCDR Alentejo	100%	5%	9 M€
C07-i03.02	Ligações transfronteiriças Ponte Alcouthim – Saluncar del Guadiana Responsável: CCDR Algarve	100%	6%	9 M€
C07-i03.03	Ligações transfronteiriças EN103. Vinhais / Bragança (variantes) Responsável: Infraestruturas de Portugal, S.A.	100%	13%	31 M€
C07-i03.04	Ligações transfronteiriças Ligação de Bragança a Puebla de Sanabria Responsável: CCDR NORTE	100%	12%	16 M€
C07-i04.01	AAE - Acessibilidades Rodoviárias Responsável: Infraestruturas de Portugal, S.A.	100%	14%	91 M€
C07-i04.02	AAE - Acessibilidades Rodoviárias - EN10-4. Setúbal/ Mitrena e Ligação da A8 à Área Empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras Responsável: CCDR LVT	100%	3%	9 M€
C07-i04.03	AAE - Acessibilidades Rodoviárias : Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2 Responsável: CCDR CENTRO	100%	13%	6 M€
C07-i04.04	AAE - Acessibilidades Rodoviárias Responsável: CCDR NORTE	100%	13%	36 M€
C07-i04.05	AAE - Acessibilidades Rodoviárias - Rotunda na EN246 para acesso à zona industrial de Portalegre Responsável: CCDR Alentejo	100%	98%	0,2 M€
C07-i05-RAA	Circuitos Logísticos - Rede Viária Regional dos Açores Responsável: Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	100%	17%	60 M€

COMPONENTE C08 | Florestas

615 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023

Contratado **100%** **615 M€**



Aprovado **57%** **348 M€**

Pago **13%** **80 M€**



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2023 [% marcos e metas cumpridos]
C08-r19	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis	100%
C08-r20	Reorganização do sistema de cadastro da propriedade rústica e do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo	0%
C08-r21	Prevenção e combate de fogos rurais	100%

Investimentos

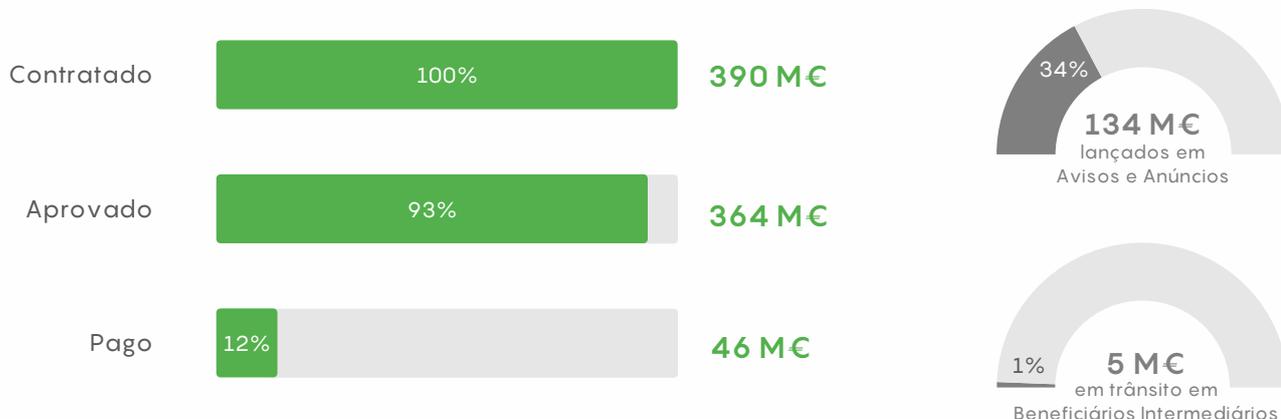
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C08-i01.01	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Áreas integradas de gestão da paisagem e Condomínios de Aldeia Responsável: Fundo Ambiental	3%	0%	257 M€
C08-i01.02	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem Responsável: Direção-Geral do Território	100%	14%	3 M€
C08-i01.03	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Emparcelar para Ordenar Responsável: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	0%	0%	10 M€
C08-i02.01	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: SMOS Responsável: Direção-Geral do Território	100%	13%	29 M€
C08-i02.02	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Inventário Florestal Nacional Responsável: Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P.	100%	0%	2 M€
C08-i02.03	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial Responsável: Secretaria-Geral do Ministério da Justiça	100%	15%	55 M€
C08-i03	Faixas de gestão de combustível - Rede Primária Responsável: Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P.	100%	13%	120 M€
C08-i04.01	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios aéreos Responsável: Estado Maior da Força Aérea	100%	41%	70 M€
C08-i04.02	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios terrestres Responsável: Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P.	100%	81%	16 M€
C08-i04.03	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais: Rede de radares Responsável: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.	100%	64%	3 M€
C08-i05.01	Programa MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios Responsável: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	100%	17%	40 M€
C08-i05.02	Programa MAIS Floresta: Reforço de atuação das organizações de produtores florestais e dos Centros de Competências no setor florestal Responsável: Fundo Ambiental	21%	2%	10 M€



COMPONENTE C09 | Gestão Hídrica

390 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023



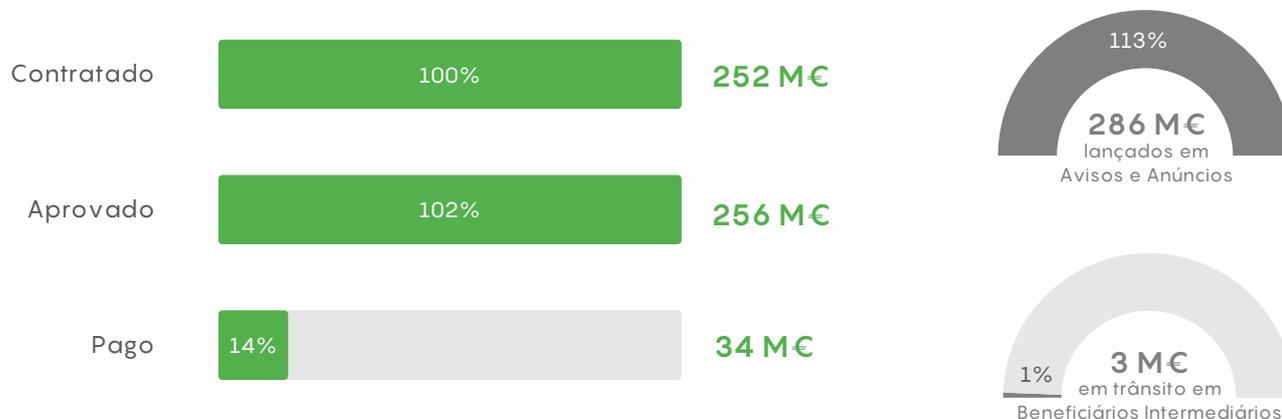
Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C09-i01.01	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM1 – Reduzir perdas de água no setor urbano Responsável: CI - AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	37%	4%	35 M€
C09-i01.02	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM2 – Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola Responsável: Fundo Ambiental	78%	5%	17 M€
C09-i01.03	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM3 - Reforçar a governança dos recursos hídricos Responsável: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.	100%	15%	5 M€
C09-i01.04	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada, SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água e SM Responsável: Águas do Algarve, S.A.	100%	11%	143 M€
C09-i02	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato Responsável: Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	100%	13%	120 M€
C09-i03-RAM	Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	16%	70 M€

COMPONENTE C10 |
Mar

252 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023



Reformas

CÓDIGO REFORMA

ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2023
(% marcos e metas cumpridos)

C10-r23 Reforma do Ecosistema de Infraestruturas de Suporte à Economia Azul

100%

Investimentos

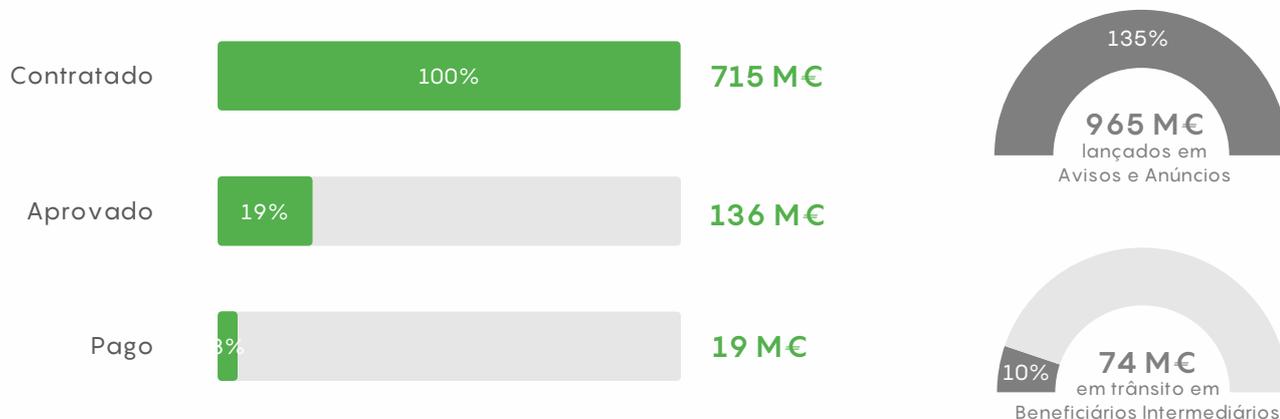
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C10-i01	Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul Responsável: Fundo Azul	100%	13%	87 M€
C10-i02	Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas Responsável: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	119%	8%	21 M€
C10-i03.01	Pilar I - Plataforma Naval Multifuncional e Pilar II - Centro de Operações Responsável: Ministério da Defesa Nacional-Marinha	100%	13%	110 M€
C10-i03.02	Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval - Pilar III - Academia do Arsenal do Alfeite (Academia 4.0) Responsável: Arsenal do Alfeite, S.A.	100%	58%	2 M€
C10-i04-RAA	Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores" Responsável: Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	100%	17%	32 M€



COMPONENTE C11 | Descarbonização da Indústria

715 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023



Investimentos

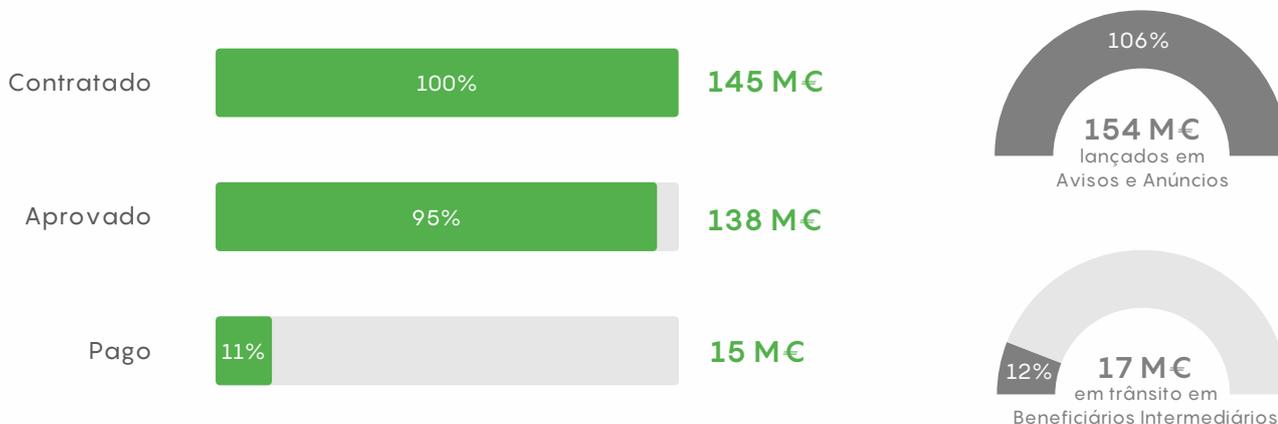
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C11-i01	Descarbonização da Indústria Responsável: IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	<div style="width: 19%;"><div style="width: 19%;"></div></div> 19%	<div style="width: 3%;"><div style="width: 3%;"></div></div> 3%	715 M€



COMPONENTE C12 | Bioeconomia Sustentável

145 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023



Reformas

CÓDIGO REFORMA

ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2023
(% marcos e metas cumpridos)

C12-r25 Bioeconomia Sustentável

50%

Investimentos

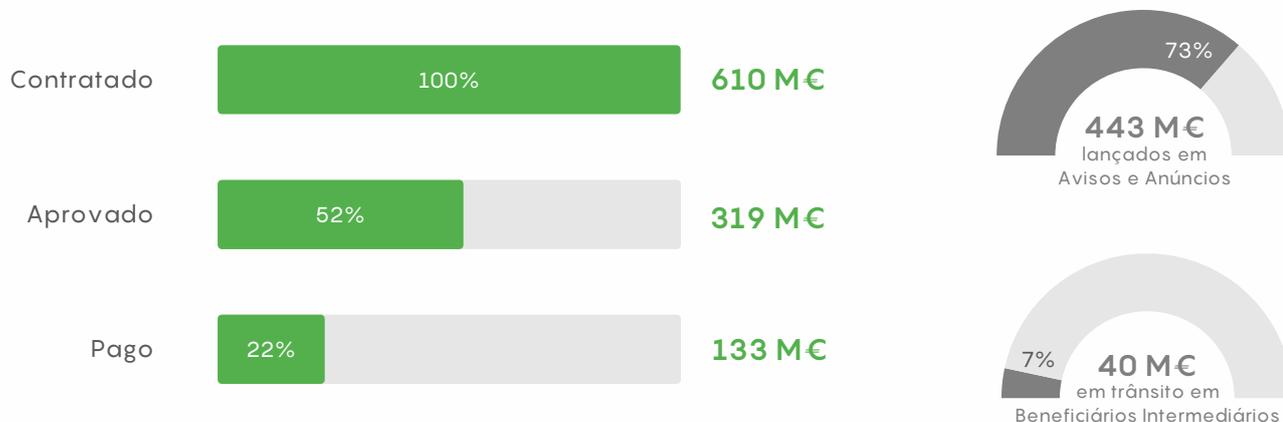
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C12-i01.01	Bioeconomia: Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem Responsável: Fundo Ambiental	96%	8%	140 M€
C12-i01.02	Bioeconomia - Gestão Florestal e Apoio à Resinagem Responsável: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	88%	84%	5 M€



COMPONENTE C13 | Eficiência Energética em Edifícios

610 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023



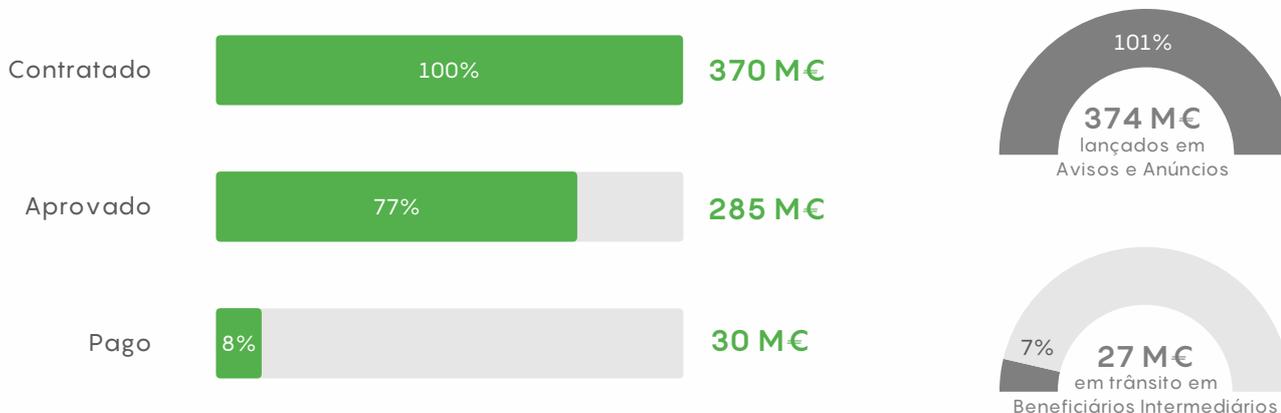
Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C13-i01	Eficiência energética em edifícios residenciais Responsável: Fundo Ambiental	45%	44%	300 M€
C13-i02	Eficiência energética em edifícios da administração pública central Responsável: Fundo Ambiental	77%	0%	240 M€
C13-i03	Eficiência energética em edifícios de serviços Responsável: Fundo Ambiental	0%	0%	70 M€

COMPONENTE C14 | Hidrogénio e Renováveis

370 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023



Reformas

CÓDIGO REFORMA

ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2023 (% marcos e metas cumpridos)

C14-r29 Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2)

100%

Investimentos

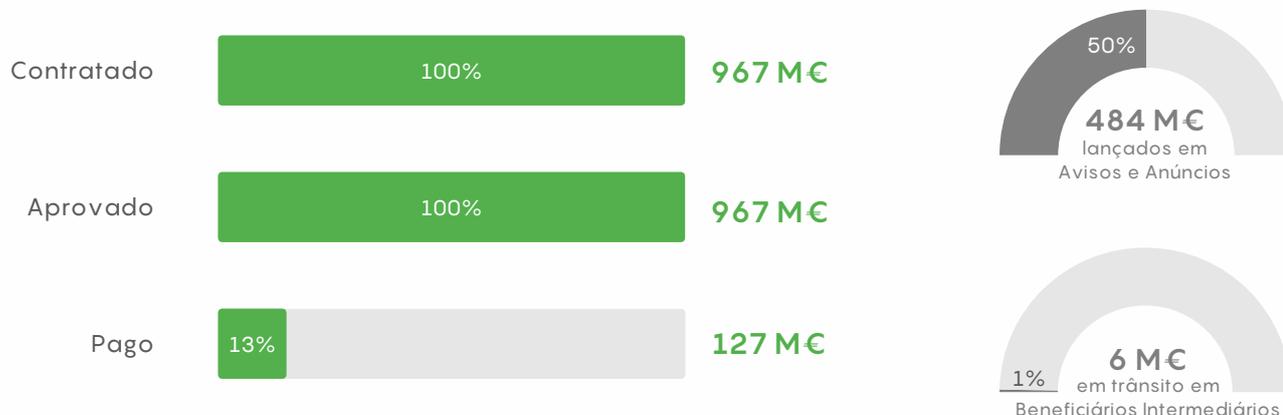
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C14-i01	Hidrogénio e gases renováveis Responsável: Fundo Ambiental	54%	0%	185 M€
C14-i02-RAM	Potenciação da eletricidade renovável no Arquipélago da Madeira Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	16%	69 M€
C14-i03-RAA	Transição Energética nos Açores Responsável: Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	100%	17%	116 M€



COMPONENTE C15 | Mobilidade Sustentável

967 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023



Reformas

CÓDIGO REFORMA

ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2023
(% marcos e metas cumpridos)

C15-r30 Reforma do Ecosistema dos Transportes

0%

Investimentos

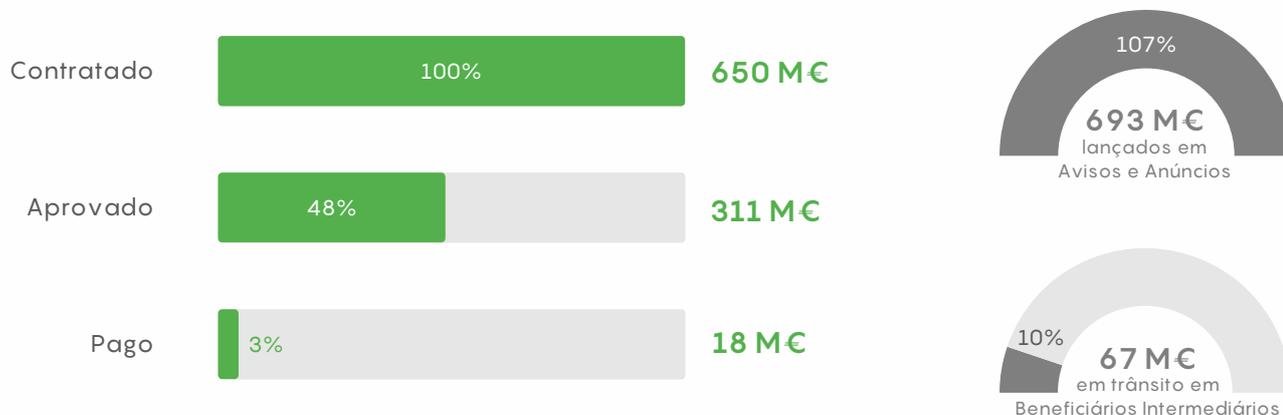
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C15-i01	Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha até Alcântara Responsável: Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	100%	14%	304 M€
C15-i02	Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música-Santo Ovídio Responsável: Metro do Porto, S.A.	100%	15%	299 M€
C15-i03	Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures Responsável: Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	100%	13%	250 M€
C15-i04	Linha BRT Boavista – Império Responsável: Metro do Porto, S.A.	100%	13%	66 M€
C15-i05	Descarbonização dos Transportes Públicos Responsável: Fundo Ambiental	100%	3%	48 M€



COMPONENTE C16 | Empresas 4.0

650 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023



Reformas

CÓDIGO REFORMA

ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2023
(% marcos e metas cumpridos)

C16-r31 Transição digital do tecido empresarial

100%

Investimentos

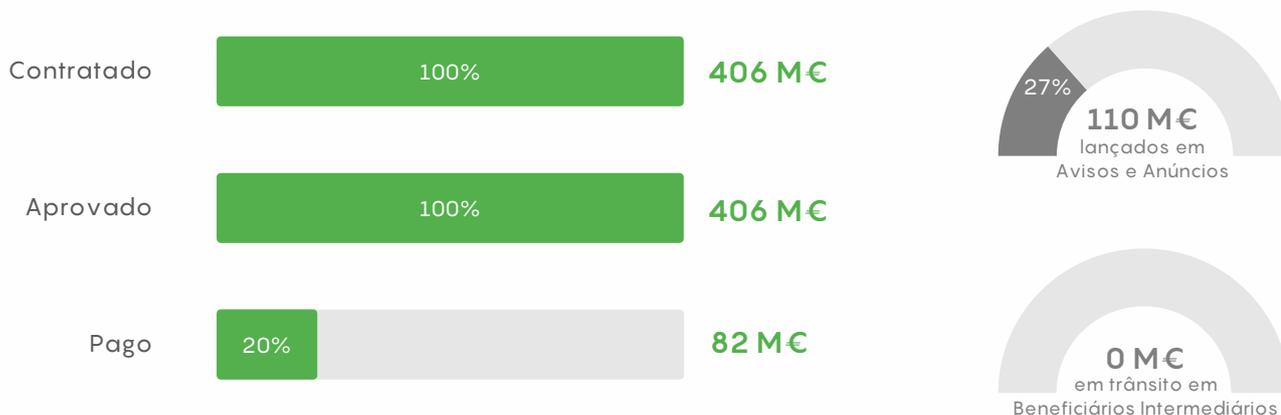
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C16-i01	Capacitação Digital das Empresas Responsável: IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	<div style="width: 112%;"><div style="width: 112%;"></div></div> 112%	<div style="width: 13%;"><div style="width: 13%;"></div></div> 13%	100 M€
C16-i02	Transição Digital das Empresas Responsável: IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	<div style="width: 29%;"><div style="width: 29%;"></div></div> 29%	<div style="width: 1%;"><div style="width: 1%;"></div></div> 1%	450 M€
C16-i03	Catalisação da Transição Digital das Empresas Responsável: IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	<div style="width: 70%;"><div style="width: 70%;"></div></div> 70%	<div style="width: 2%;"><div style="width: 2%;"></div></div> 2%	100 M€



COMPONENTE C17 | Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas

406 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023



Reformas

CÓDIGO REFORMA

ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2023
(% marcos e metas cumpridos)

C17-r32 Modernização e Simplificação da Gestão Financeira Pública

13%

Investimentos

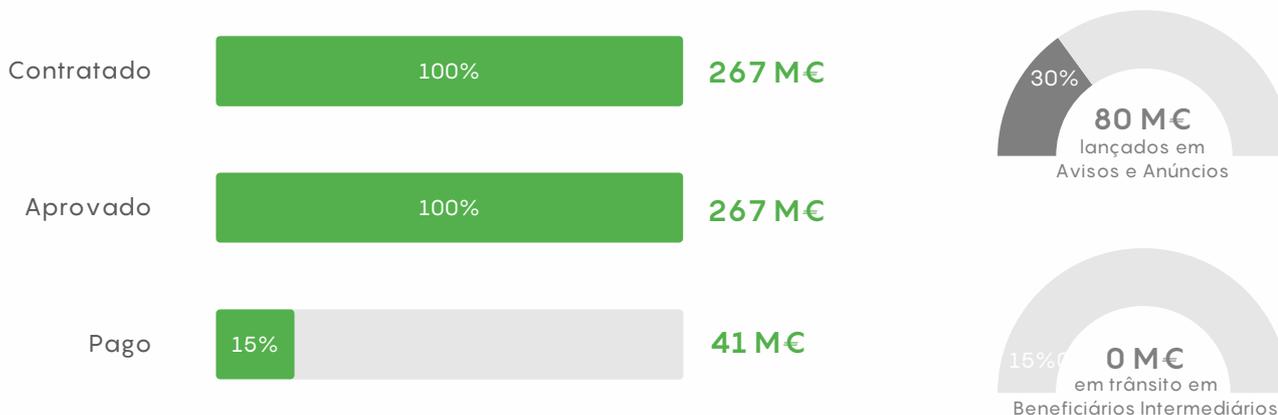
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C17-i01.01	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública Responsável: Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.	100%	16%	161 M€
C17-i01.02	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública/ SIGPIP Responsável: Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.	100%	0%	2 M€
C17-i02	Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária Responsável: Autoridade Tributária e Aduaneira	100%	22%	43 M€
C17-i03.01	Transição digital da Segurança Social Responsável: Instituto da Segurança Social, I.P.	100%	26%	19 M€
C17-i03.02	Transição digital da Segurança Social Responsável: Instituto de Informática, I.P.	100%	23%	182 M€



COMPONENTE C18 | Justiça Económica e Ambiente de Negócios

267 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023



Reformas

CÓDIGO REFORMA

ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2023
(% marcos e metas cumpridos)

C18-r33 Justiça económica e ambiente de negócios

0%

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C18-i01.01	Justiça económica e ambiente de negócios/IGFEJ Responsável: Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	100%	17%	139 M€
C18-i01.02	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/IRN Responsável: Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.	100%	14%	42,5 M€
C18-i01.03	Justiça económica e ambiente de negócios/DGPJ Responsável: Direção-Geral da Política de Justiça	100%	12%	28,4 M€
C18-i01.04	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/DGAJ Responsável: Direção-Geral da Administração da Justiça	100%	14%	16,3 M€
C18-i01.05	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/PJ Responsável: Polícia Judiciária	100%	13%	19,1 M€
C18-i01.06	Justiça económica e ambiente de negócios/SGMJ Responsável: Secretaria-Geral do Ministério da Justiça	100%	15%	10,4 M€
C18-i01.07	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/INMLCF Responsável: Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.	100%	14%	3,7 M€
C18-i01.08	Justiça económica e ambiente de negócios/INPI Responsável: Instituto Nacional da Propriedade Industrial	100%	17%	1,9 M€
C18-i01.09	Justiça económica e ambiente de negócios/CAAJ Responsável: Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça	100%	33%	1,2 M€
C18-i01.10	Justiça económica e ambiente de negócios/PGR Responsável: Procuradoria Geral da República	100%	14%	3,3 M€
C18-i01.11	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/CSM Responsável: Conselho Superior da Magistratura	100%	27%	0,6 M€
C18-i01.12	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/STA Responsável: Supremo Tribunal Administrativo	100%	13%	0,3 M€



COMPONENTE C19 | Administração Pública Mais Eficiente

578 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023

Contratado **100%** **578 M€**



Aprovado **97%** **559 M€**

Pago **21%** **119 M€**



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2023 (% marcos e metas cumpridos)
C19-r34	Serviços Públicos digitais, simples, inclusivos e seguros para os cidadãos e para as empresas	100%
C19-r35	Reforma funcional e orgânica da Administração Pública	0%
C19-r36	Administração Pública capacitada para a Criação de Valor Público	100%

Investimentos

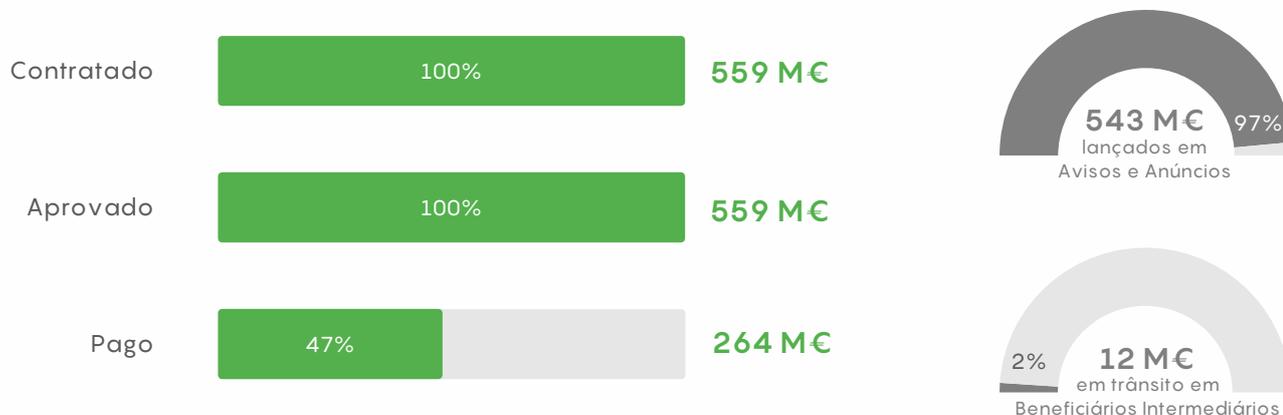
CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C19-i01.01	Reformulação do atendimento dos serviços público e consulares Responsável: Agência para a Modernização Administrativa, IP.	99%	31%	137 M€
C19-i01.02	Reformulação do atendimento dos serviços público e consulares/SGMNE Responsável: Secretaria Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros	100%	26%	51 M€
C19-i02.01	Serviços Eletrónicos sustentáveis, baseados na interoperabilidade e utilização dos dados Responsável: Agência para a Modernização Administrativa, IP.	95%	21%	65 M€
C19-i02.02	Serviços Eletrónicos sustentáveis/INE Responsável: Instituto Nacional de Estatística	100%	13%	4,6 M€
C19-i03	Reforço do quadro geral de cibersegurança na base da confiança para a adoção dos serviços eletrónicos Responsável: Gabinete Nacional de Segurança (GNS)	87%	13%	47 M€
C19-i04.01	Transição Digital na Rede Informática do Governo (RING)/CEGER Responsável: Centro de Gestão da Rede Informática do Governo - CEGER	100%	48%	13 M€
C19-i04.02	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas/SGMAI Responsável: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	100%	15%	62 M€
C19-i04.03	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas Responsável: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	100%	13%	8 M€
C19-i05.01-RAM	Transição Digital da Administração Pública da RAM- DRI Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	14%	69 M€
C19-i05.02-RAM	Transição Digital da Administração Pública da RAM-DRAPMA Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	13%	9 M€
C19-i06-RAA	Modernização e digitalização da Administração Pública- RAA Responsável: Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	100%	19%	25 M€
C19-i07.01	Capacitação da Administração Pública — INA Responsável: Instituto Nacional de Administração, IP. (INA, IP.)	87%	13%	34 M€
C19-i07.02	C19 — i07.02 — Capacitação da Administração Pública — Entidade responsável pela implementação da reforma TD-r35 Responsável: Secretaria Geral Presidência do Conselho de Ministros	100%	0%	2 M€
C19-i07.03	Capacitação da Administração Pública - Formação Lojas do Cidadão/ Espaços Cidadão Responsável: Agência para a Modernização Administrativa, IP.	100%	26%	1,4 M€
C19-i07.04	Capacitação da Administração Pública — PlanAPP Responsável: Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração (PLANAPP)	100%	13%	12 M€
C19-i07.05	TD C19-i07.05 - Capacitação da Administração Pública - Programa de Estágios e Promoção do Teletrabalho Responsável: Direcção-geral da Administração e do Emprego Público	92%	10%	38 M€



COMPONENTE C20 | Escola Digital

559 M€

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2023



Reformas

CÓDIGO REFORMA

ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2023
[% marcos e metas cumpridos]

C20-r37 Reforma para a educação digital

0%

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	APROVADO A 30.06.2023	PAGO A 30.06.2023	DOTAÇÃO
C20-i01.01	Transição digital na Educação Responsável: Secretaria-Geral da Educação e Ciência	100%	14%	272 M€
C20-i01.02	Transição digital na Educação Responsável: Secretaria-Geral da Educação e Ciência	100%	93%	228 M€
C20-i02-RAA	Educação digital (Açores) Responsável: Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	100%	25%	38 M€
C20-i03-RAM	Programa de aceleração da digitalização da Educação na RAM Responsável: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	100%	13%	21 M€

The background features a series of thin, light green wavy lines that create a sense of movement and depth, framing the central text.

ANEXOS

ANEXO 3
Projetos Aprovados

ANEXO 03

Projetos Aprovados

A listagem dos projetos aprovados a 30 de junho de 2023 consta de documento autónomo.

